



TOMADA DE PREÇOS
EDITAL DE LICITAÇÃO N. 65/2023-GL/SED
Processo Administrativo nº 29/028.227/2023

A **SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MATO GROSSO DO SUL - SED**, torna público que no dia 25 de janeiro de **2024**, às **14 h 00 min**, na Avenida do Poeta, Bloco V, na Sala de Reunião, em Campo Grande-MS, Parque dos Poderes, nesta Capital, fará realizar a abertura da presente licitação, na modalidade de **TOMADA DE PREÇOS**, do tipo “**MENOR PREÇO**”, tendo por objeto a seleção da melhor proposta para prestar serviços de **Elaboração de laudo técnico de estanqueidade em diversas escolas estaduais no estado de Mato Grosso do Sul**, de acordo com as especificações e normas que acompanham este Edital. Os invólucros, contendo a documentação e a proposta, deverão ser entregues à Comissão de Licitação nas condições definidas neste edital.

Do horário acima especificado haverá uma tolerância de cinco minutos para abertura da licitação, quando não mais serão aceitos entrega, troca ou adição de envelopes ou quaisquer outros documentos para participação no certame.

Na hipótese de não haver expediente na data acima fixada, a licitação terá seu início no primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local, independente de nova comunicação. Entretanto, caso nesse dia, haja coincidência com outra abertura, a Gerência de Licitação fará a comunicação sobre a nova data e horário.

1. FUNDAMENTO LEGAL

1.1. Esta licitação rege-se pela Lei Federal n. 8.666/1993 e suas alterações posteriores e na forma e condições fixadas neste Edital.

2. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderá participar da presente licitação e apresentar proposta, toda e qualquer empresa, individual ou societária, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, desde que esteja devidamente cadastrada na Diretoria de Licitação de Obras/**AGESUL** e atenda as condições deste edital. O cadastramento poderá ser formalizado, atendidas as condições deste edital e das normas específicas para cadastramento, até o dia **22 de janeiro de 2024**.

2.1.1. A empresa que já possuir cadastro dentro da validade deverá atualizá-lo sempre que houver qualquer alteração contratual, sob pena de inabilitação, assim como toda a documentação exigida no presente edital.

2.2. Não poderão participar desta licitação:

2.2.1. As impedidas de participar de procedimentos licitatórios e de celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente, especialmente as pessoas jurídicas que estejam declaradas inidôneas perante a Administração Pública Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal, ou que estejam punidas com suspensão do direito de licitar e impedimento de contratar com a SED, bem como inscritas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;

2.2.2. As que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9.º, da Lei Federal nº 8.666/1993;



- 2.2.3. As que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação.
- 2.2.4. Empresas reunidas em consórcios, sociedades cooperativas ou grupos de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição.
- 2.2.5. Empresas que tenham sócios ou empregados que sejam servidores públicos do Estado de Mato Grosso do Sul ou de qualquer entidade que integre sua administração indireta.
- 2.3. É vedada ainda, a participação de pessoa jurídica que tenha administrador ou sócio, que seja familiar de:
- a) Detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue no órgão licitante;
 - b) De servidor efetivo que atue na área responsável pela demanda ou contratação;
 - c) Autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.
- 2.3.1. Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar, o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau.
- 2.4.1 O edital encontra-se disponível para consulta no site: <http://www.sed.ms.gov.br> ou via e-mail no endereço eletrônico: gerencialicitacao@hotmail.com.
- 2.5 As licitantes deverão estar devidamente representadas por:
- 2.5.1 **Titular da empresa licitante**, devendo apresentar cédula de identidade ou outro documento de identificação oficial, acompanhado de: registro comercial no caso de empresa individual, contrato social ou estatuto em vigor, no caso de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, dos documentos de eleição de seus administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício, sendo que em tais documentos devem constar expressos poderes para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;
- 2.5.2 **Representante designado pela empresa licitante**: se a empresa participante, quando da entrega dos invólucros, se fizer representar por pessoa que não faça parte da sociedade, faz-se necessário seu credenciamento por meio de procuração por instrumento público ou particular, com firma reconhecida em cartório, da qual deverá constar a outorga de poderes para que, em nome da licitante, possa praticar atos inerentes ao certame, tais como: apresentar proposta, concordar, desistir, renunciar, transigir, firmar recibos, assinar atas e outros documentos, acompanhar todo o processo licitatório até o seu final, tomar ciência de outras propostas das concorrentes, praticando todos os atos necessários para o bom e fiel cumprimento deste mandato, conforme **anexo IV**.
- 2.6 O representante legal da empresa deverá, antes da entrega da documentação e das propostas, identificar-se, apresentando ao Presidente da Comissão, carteira de identidade e prova de titularidade da empresa.



2.7 Só terão direito de usar da palavra, rubricar e ter acesso às documentações e às propostas, apresentar reclamações ou recursos e assinar a ata, os representantes legais das concorrentes habilitadas para o ato e os membros da Comissão de Licitação.

2.7.1 A presença de representante da empresa não credenciado, na forma deste edital, impede que o mesmo se manifeste a respeito de decisões tomadas pela Comissão, bem como o impede de ter acesso aos documentos durante a sessão de abertura dos envelopes de “Documentação” e “Proposta”.

2.8 O não comparecimento de representantes devidamente credenciados na reunião de recebimento dos envelopes de documentação e proposta, não impedirá que ela se realize.

2.9 A participação da licitante neste procedimento licitatório implicará em expressa concordância às condições estabelecidas neste edital.

2.10 Cada representante legal/credenciado deverá representar apenas uma empresa licitante.

2.11 Será exigida a **garantia de Participação correspondente a 1% (um por cento)** do valor estabelecido no subitem 10.2 deste edital, devendo ser inserido dentro do envelope de habilitação (ENVELOPE 1), o qual só pode ser conhecido após a abertura do referido envelope, observadas as condições estabelecidas nos subitens 2.11.3 e 2.11.4.

2.11.1 A Garantia referida nestes subitens será devolvida às demais licitantes tão logo seja formalizada a contratação.

2.11.2 A Garantia será apropriada aos cofres da **SED**, quando a empresa depositária, sendo vencedora, recusar-se a assinar o contrato, por justificativa não aceita pela SED.

2.11.3 A Garantia realizada na forma de seguro garantia ou fiança bancária, deverá ter prazo de validade mínima de 90 (noventa) dias contados da data da abertura da licitação, e deverão ser emitidas, respectivamente, em conformidade com as normas da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e Banco Central do Brasil (BCB), sendo obrigatória a comprovação do mesmo através das devidas certidões de regularidade. A administração poderá realizar diligências para averiguação da regularidade apresentada.

3 NATUREZA E FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1 O objeto do presente certame será executado sob regime de **empreitada por preço unitário**.

3.2 As Normas, Manuais, Instruções e Especificações vigentes da ABNT, DNIT e **AGESUL** deverão ser obedecidas. Qualquer alteração na sistemática por elas estabelecidas, ou forma da aplicação/utilização das mesmas, com a respectiva justificativa será primeiramente submetida à consideração da **SED**, a quem caberá decidir a orientação a ser adotada.

3.3 Todo pessoal da **CONTRATADA** deverá possuir habilitação e experiência para executar adequadamente os serviços que lhes forem atribuídos.

3.4 Qualquer operário ou empregado da empresa **CONTRATADA** ou de qualquer SUBCONTRATADA, que na opinião da fiscalização não executar o seu trabalho de maneira correta e adequada, deverá, mediante solicitação por escrito da fiscalização, ser afastado imediatamente pela **CONTRATADA**.



3.5 Todos os equipamentos a serem utilizados deverão ser adequados de modo a atender às exigências dos serviços e produzir a quantidade e qualidade satisfatória dos mesmos. A fiscalização poderá ordenar remoção e exigir a substituição de qualquer equipamento não satisfatório.

3.6 Será de inteira responsabilidade da empresa **CONTRATADA** a sinalização dos serviços durante o período de execução.

3.7 Será de inteira responsabilidade da empresa **CONTRATADA** quaisquer danos que venham a ocorrer à **SED** ou à terceiros, decorrentes do não cumprimento do constante no item 3.6, acima.

3.8 A contratada terá responsabilidade exclusiva sobre a segurança e assistência de seus empregados, fazendo cumprir, no que couber, as exigências da Lei Federal n. 6.514 de 22/12/1977 e suas Normas Regulamentadoras.

3.9 Os serviços serão considerados concluídos mediante a emissão do Termo de Recebimento Definitivo pelo fiscal responsável pela obra, podendo ser exigidos antes da emissão do Termo, a limpeza geral, bem como reparos, caso a fiscalização julgar necessário.

4 **FORMA E CONDIÇÕES PARA APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA.**

4.1 No dia, local e hora indicados no preâmbulo deste Edital, os representantes credenciados das proponentes deverão entregar, simultaneamente, à Comissão de Licitação, os documentos e as propostas, exigidos no presente Edital, em 02 (dois) invólucros fechados, distintos e numerados: “01” e “02”, os quais deverão estar subscritos da seguinte forma:

Invólucro nº 01 – “DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO”
GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL;
SECRETARIA ESTADO DE EDUCAÇÃO – SED;
Tomada de Preços nº **65/2023- GL/SED**
Nome completo da Licitante
CNPJ:

Invólucro nº 02 – “PROPOSTA”
GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL;
SECRETARIA ESTADO DE EDUCAÇÃO – SED;
Tomada de Preços nº **65/2023- GL/SED**
Nome completo da Licitante
CNPJ:

Parágrafo Único: Os invólucros entregues por portadores ou devidamente protocolados na Gerência de Licitações, serão apresentados pela Comissão aos representantes presentes ao ato. A ausência de representantes não impedirá que a Comissão prossiga em seus trabalhos.

4.2 Os documentos dos invólucros deverão ser identificados e colacionados separadamente, sem folhas soltas e **com apenas duas perfurações tipo processo** (não usar espiral), em idioma português, datilografados/digitados, rubricados e/ou assinados pelos representantes legais da proponente, com suas folhas numeradas em ordem crescente, sem rasuras ou entrelinhas e legíveis.



4.3 Os documentos exigidos nos Invólucros **01 (documentação de habilitação)**, e **02 (proposta de preço)**, deverão ser apresentados da seguinte maneira:

- **Invólucro 01** – Em 1 (uma) via original, ou cópia devidamente autenticada;
- **Invólucro 02** – Em 1 (uma) via original, acompanhada do CD gerador de proposta entregue quando da retirada deste Edital, nele gerada a planilha da proposta, sem prejuízo do que estabelece a parte final da letra “b” do subitem 6.1.

4.3.1 As cópias a que se refere este subitem, com exceção do Cartão de Cadastro junto à **AGESUL**, deverão estar autenticadas por cartório ou por servidor desta **SED**, ou, ainda, estarem publicados na imprensa oficial.

4.3.2 Poderá a Comissão de Licitação solicitar, a qualquer momento, os originais para confrontação com a cópia autenticada.

4.3.3 A autenticação realizada por servidor da Comissão Permanente de Licitação;

4.3.4 Qualquer documentação apresentada em cópia não autenticada, inclusive documentos emitidos pela **SED**, com exceção do Cartão de Cadastro expedido pela **AGESUL**, acarretará a inabilitação imediata da licitante, nos termos do art. 32 da Lei Federal n. 8.666/93.

4.4 Não serão admitidas, sob qualquer motivo, modificações ou substituições na proposta ou de quaisquer documentos.

4.5 Não será aceita documentação fotocopiada via fac-símile. Não será aceito, igualmente, protocolo, em substituição a qualquer documento exigido.

4.5.1. Os invólucros (Documentação/Proposta) remetidos via postal serão aceitos, desde que sejam recebidos antes da sessão pública de abertura do edital, assumindo a licitante toda e qualquer responsabilidade pelo atraso dos mesmos.

4.6 Nos preços propostos, deverão constar e ser computadas todas as despesas, tendo-as como suficientes para pagar todos os serviços envolvidos na obra. Nenhuma reivindicação para pagamento adicional será considerada se for devida a qualquer erro ou má interpretação deste Edital por parte da licitante.

4.7 Nas declarações a serem apresentadas pelas licitantes, conforme Anexos do Edital, devem constar o logotipo da mesma, sem o timbre oficial da **SED**.

5 DOCUMENTAÇÃO

5.1 O **invólucro n. 01**, com o subtítulo “Documentação de Habilitação” deverá conter os seguintes documentos, em folhas numeradas, com **duas (2) perfurações na margem esquerda, tipo processo (não usar espiral)**, obedecida a mesma ordem aqui disposta e as condições dos subitens 4.2 e 4.3:

5.1.1 Fotocópia do Cartão de Inscrição no Cadastro da **Diretoria de Licitação de Obras da AGESUL**, em plena validade e com habilitação nas atividades conforme quadro que segue:

Atividade	Categoria	Serviço	Grupo
CONSULTORIA	Q	SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS	III



- 5.1.2 Apresentação do **ANEXO I**, submetendo-se às normas e regulamentos que orientam a presente licitação.
- 5.1.3 Deverá apresentar, nos termos do **ANEXO IX**, declaração de que a empresa não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, de acordo com subitem 4.7.
- 5.1.4 Deverá apresentar, nos moldes do **ANEXO XI**, declaração de inexistência de parentesco;
- 5.1.5 Prova de regularidade para com a Fazenda Pública Federal:
- a) Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, quanto a Dívida Ativa da União; Tributos Federais e a Seguridade Social (INSS);
- 5.1.6 Prova de regularidade para com a Fazenda Pública Estadual, por meio de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa expedida pela Secretaria de Fazenda.
- 5.1.7 Prova de regularidade para com a Fazenda Pública Municipal, mediante apresentação de certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa de débitos gerais (CNDG), ou certidões negativas de débitos mobiliária e imobiliária ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, expedida(s) pelo(s) órgão(s) competente(s) da municipalidade;
- 5.1.8 Certidão de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- 5.1.9 Prova de regularidade Trabalhista, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 5.1.10 Certidão Negativa de falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em plena validade.
- 5.1.11 As empresas que, eventualmente, estejam em processo de Recuperação Judicial, deverão apresentar certidão emitida pela instância judicial competente, certificando que se encontram aptas econômica e financeiramente a participar de certames licitatórios, nos termos da Lei n. 8.666/93.
- 5.1.12 As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.
- a. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, observado o disposto no art. 110 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
 - b. O prazo para normalização da regularidade fiscal e trabalhista de que trata a alínea “a” não se aplica aos documentos relativos à habilitação jurídica e à qualificação técnica e econômico-financeira, bem como ao cumprimento do disposto no art. 7º, XXXIII da Constituição Federal;



- c. Não havendo a regularização da documentação fiscal, no prazo previsto na alínea “a” ocorrerá a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na legislação vigente, facultada à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato ou revogar, se for o caso, a licitação;

5.1.13. A comprovação de que a empresa está enquadrada como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) se dará através da apresentação da Declaração de Informações Socioeconômicas e Fiscais (DEFIS) relativa ao ano calendário do ano anterior ou a Certidão fornecida pela Junta Comercial do Estado sede. Deverão apresentar, também, as demonstrações contábeis do último exercício exigível, acompanhada do Balanço Patrimonial correspondente ou Declaração Anual do Simples Nacional (DASN) para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes, sob pena de não lhe ser facultada a preferência.

5.1.13.1. As microempresas e empresas de pequeno porte, visando ao exercício da preferência prevista na Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar, também, a declaração de acordo com o modelo oferecido no **ANEXO XI** do edital, dentro do Envelope nº 1, sob pena de não lhe ser facultada a preferência.

5.1.13.2. Caso as licitantes não apresentem as Demonstrações Contábeis do último exercício exigível, acompanhada do Balanço Patrimonial correspondente ou Declaração Anual do Simples Nacional (DASN), a Comissão de licitação realizar diligência junto ao setor de Cadastro da AGESUL, podendo atestar o benefício se houver a referida documentação dentro do processo cadastral

5.1.13.3. As licitantes que se declararem MEs ou EPPs e, pelo faturamento atual não mais de enquadrarem na Lei Complementar 123/2006, sofrerão processo administrativo para averiguação da existência de “erro” ou “má-fé” e, sendo provada esta última, responderão civil e penalmente por falsa declaração

5.1.14 **CAPACIDADE TÉCNICO OPERACIONAL:** Complementarmente a classificação cadastral já processada, nos termos do subitem 5.2 das normas cadastrais da AGESUL, será exigido atestado(s) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante (pessoa jurídica) já executou serviços de características semelhantes aos aqui licitados, nas quantidades mínimas relacionadas no quadro abaixo, tidos como de maior relevância:

Item	Especificações	Und.	Quantidade
01	LAUDOS DE ESTAQUEIDADE ELABORADOS NAS DIVERSAS ESCOLAS ESTADUAIS NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL	UND	54
02	LAUDOS DE ESTAQUEIDADE ELABORADOS NAS DIVERSAS ESCOLAS ESTADUAIS EM CAMPO GRANDE – MS	UND	15

5.1.15 Os itens relacionados no quadro acima deverão preferencialmente estar em destaque nos atestados apresentados, através de caneta marca texto.

5.1.16 **CAPACIDADE TÉCNICO PROFISSIONAL:** Comprovação da licitante que possui em seu quadro permanente profissional(is) de nível superior ou outro devidamente



reconhecido pela entidade competente e detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes ao quadro abaixo, devidamente registrado junto ao CREA, acompanhada pela respectiva CAT, o qual responderá pela responsabilidade técnica da obra/serviço, individualmente, ou em conjunto com outros profissionais indicados pelo licitante em sua alínea “j” do Anexo I, nos seguintes critérios:

Item	Especificações	Und.
1	LAUDOS DE ESTAQUEIDADE DA REDE DE GÁS GLP E GN	UND

5.1.17. **VINCULAÇÃO AO QUADRO TÉCNICO-PROFISSIONAL:** A comprovação de pertencer ao quadro permanente da licitante se dará mediante apresentação de qualquer dos documentos descritos no parágrafo único, do artigo 45, da Resolução CONFEA nº 1.025/2009. Considera-se também como comprovação de vínculo se o profissional constar como responsável técnico na certidão de registro de pessoa jurídica da empresa licitante, junto ao respectivo conselho regional da categoria profissional, desde que este documento esteja válido e atualizado.

5.1.17.1. A documentação mencionada no subitem 5.1.16. e 5.1.17 deverá ser apresentada de todos os responsáveis técnicos na alínea “j” do anexo I.

5.1.17.2 A comprovação de vínculo do (s) sócio (s), administrador (es) ou diretor (es) da empresa poderá ser substituído pelo Cartão de Cadastro da AGESUL.

5.1.18. Será aceito, também, como responsável técnico, o profissional que tenha participado em serviços de que trata o objeto desta licitação como corresponsável, desde que comprovada sua experiência.

5.1.19. Atestado e Certidão que tenha responsável técnico por fiscalização ou preposto, não serão considerados para fins de comprovação de qualificação técnica, especialmente no cumprimento da exigência do subitem 5.1.14.

5.1.20. Os profissionais indicados pelo licitante para fins de comprovação da capacitação técnica deverão participar da obra ou serviço objeto da licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que previamente aprovada pela Administração, nos termos do § 10, do artigo 30, da Lei Federal nº 8.666/1993.

5.1.21 A empresa deverá comprovar que possui **no seu quadro permanente, ou, mediante apresentação de Declaração de Compromisso de Vinculação Contratual Futura** – caso seja declarada vencedora (nesta última hipótese, devera(ão) ser indicado(s) o(s) profissional(is) a ser(em) futuramente contratado(s), com anuência de ambas as partes), profissionais de nível superior ou outro devidamente registrados junto ao CREA/CAU, com experiência, detentores de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviços de características semelhantes ao quadro abaixo, devidamente registrado junto ao CREA/CAU, os quais responderão pela responsabilidade técnica da obra/serviço.

Profissionais	
01	ENGENHEIRO MECANICO



02	ARQUITETO
----	-----------

5.1.22 A comprovação de pertencer ao quadro permanente da empresa dará mediante apresentação de qualquer dos documentos descritos no parágrafo único, do artigo 45, da Resolução CONFEA nº 1.025/2009. Considera-se também como comprovação de vínculo se o profissional constar como responsável técnico na certidão de registro de pessoa jurídica da empresa licitante, junto ao respectivo conselho regional da categoria profissional, desde que este documento esteja válido e atualizado.

O profissional responderá pela responsabilidade técnica da obra/serviço, individualmente, ou em conjunto com outros profissionais com as mesmas qualificações técnicas exigidas.

5.1.23. Declaração da licitante, nos termos do **anexo II**, de que seu Preposto ou seu Engenheiro, funcionário do seu quadro de empregados, Responsável Técnico ou não, tomou conhecimento ou não dos locais que serão executados os serviços.

5.1.24. No ato da efetivação do contrato, a licitante vencedora e com sua sede social fora do Estado de Mato Grosso do Sul, deverá apresentar Certidão de Registro junto ao CREA/CAU, com a formalização do "visto" no CREA/CAU/MS, nas condições Resolução nº 1.121/19 CONFEA, O mesmo procedimento deverá ser adotado, caso o responsável técnico não possua registro no CREA/CAU/MS.

5.1.25. Para fins de comprovação de atendimento aos requisitos contidos nos subitens 5.1.14 e 5.1.16, somente será admitido atestado cujo objeto seja similar ao objeto licitado e desde que possua complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, sendo vedada a comprovação de aptidão técnica mediante a utilização de atestado que verse sobre objeto de natureza incompatível, que não guarde semelhança com a obra/ serviço licitado.

5.2. Não será permitido apresentar comprovação de vínculo empregatício de um mesmo profissional, em mais de uma Proponente, sob pena de inabilitação de ambas as empresas.

5.3. Qualquer Certidão apresentada em que não conste expressamente seu prazo de validade será considerada válida por 30 (trinta) dias contados da sua emissão.

5.3.1 As certidões e guias emitidas **via Internet**, serão tidas como suficientes à perfeita comprovação da regularidade apresentada, assim como os documentos emitidos digitalmente, desde que possa ser realizada diligência para conferência de autenticidade, assumindo a licitante total responsabilidade pela veracidade dos mesmos.

5 PROPOSTA

6.1 A Proposta deverá ser apresentada nas condições do subitem 4.3 e respectivos dispositivos, satisfazendo as quantidades de serviços constantes da(s) planilha(s) de quantitativos deste edital, devendo estar colecionadas conforme subitem 5.1 e conterá, basicamente:

a) Nome do proponente, endereço ou a sede, suas características de identificação (individual ou social);

b) Planilha de orçamento impressa contendo as especificações, quantitativos, preços unitários, subtotais e resumo geral, emitida por meio de **Gerador de Proposta**. Deverá acompanhar a referida planilha o CD com arquivo da Proposta Gerada (CD Sistema Gerador de Proposta de Preços), nos termos do subitem 4.3. Tendo a concorrente dificuldade em compor sua proposta através do programa



recebido (SGPP), o qual assinalamos como preferencial, poderá formulá-la através de qualquer programa eletrônico disponível, fazendo constar da planilha que apresentar as especificações, quantitativos, preços unitários, subtotais e resumo geral;

c) Os itens e seus detalhamentos, com suas respectivas descrições e unidades de medida, devem respeitar o estabelecido no orçamento apresentado pela SED e não poderão ser alterados, suprimidos ou incluídos, sendo vedada a alteração de quantidades, cabendo às interessadas apenas, e tão somente, a alteração do preço unitário e, conseqüentemente, do preço total de cada item.

d) Demonstração do BDI (Bonificação e Despesas Indiretas), nos termos do Anexo III, sem que o mesmo extrapole o percentual de 29,79% (vinte e nove vírgula setenta por cento);

e) As empresas optantes pelo Simples Nacional deverão apresentar os percentuais de ISS, PIS e COFINS, discriminados na composição do BDI, compatíveis com as alíquotas a que estão obrigadas a recolher, conforme previsão contida na Lei Complementar 123/2006;

f) Planilha gravada em CD/Pen drive, contendo a Composição Unitária de todos os Preços (principal e unitária) que compõem sua proposta. Fica definido que o BDI (Bonificação e Despesas Indiretas), não poderá extrapolar o determinado na alínea “d” deste subitem. Referida composição deverá ser emitida na mesma ordem em que se encontra a planilha de preço proposto. A ausência desta composição unitária de preços ocasionará a imediata desclassificação da licitante. Os arquivos contendo a composição unitária de preços deverão ser apresentados no formato PDF e Excel. Caso a Comissão de Licitação constate a existência da CPU apenas em EXCEL, poderá salvá-la em PDF, durante a sessão pública.

g) Prazo de validade da proposta que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias contados da data de abertura das mesmas;

h) Prazo de execução da obra/serviço, com cronograma físico-financeiro, obedecido ao que estabelece o item 8.3;

i) A licitante deverá fazer constar da sua proposta, o nome do banco com que opera o número da agência e de sua conta-corrente, para efeito de pagamento, caso a mesma seja vencedora e CONTRATADA para executar o objeto desta licitação

6.2 Para todos os efeitos, fica estabelecido que a data-base (lo) de qualquer preço é a da data do orçamento inicial da SED.

6.2.1 Conforme a Lei nº 13.161/2015, os **CUSTOS** utilizados na planilha orçamentária de referência levou em consideração o regime de contribuição desonerado da folha de pagamento, por ser a mais vantajosa para a administração pública.

7 GARANTIA

7.1 A título de garantia da execução do serviço, no ato de assinatura do contrato, a licitante vencedora deverá optar por uma das formas estabelecidas nos incisos do artigo 56, da Lei nº 8.666/93, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor contratado.



7.2 Optando a Licitante vencedora pela prestação da garantia em dinheiro, essa deverá dirigir-se a Gerência de Finanças da **SED**, no endereço constante no preâmbulo deste Edital, para a obtenção da Nota de Lançamento (NL), no percentual exigido no item 7.1, podendo optar, alternativamente, pelo caucionamento parcelado, na forma dos subitens 7.2.1 a 7.2.3.

7.2.1 Para que seja admitido o parcelamento da garantia prestada na forma de caução em dinheiro, deverá ser apresentada pela Licitante vencedora, no ato da assinatura do Contrato, **declaração contendo, expressamente, sua opção por esta modalidade, juntamente com o comprovante de recolhimento da importância correspondente a 2% (dois por cento) do valor total do Contrato.**

7.2.2 Ocorrendo a hipótese do subitem 7.2.1, a garantia prestada na forma de caução em dinheiro será complementada durante a execução do objeto, mediante retenção de 3% (três por cento) de cada fatura a ser efetivada ou por meio de novos depósitos junto à Gerência de Finanças da SED, de forma a totalizar 5% (cinco por cento) do valor do Contrato.

7.2.3 Ocorrendo a integralização da garantia prestada na forma de caução em dinheiro no percentual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, não serão necessárias as complementações exigidas no subitem 7.2.2, salvo em caso de reajustamento ou aditivo que aumente o valor total contratado.

7.3 Optando a contratada pela prestação da garantia através de seguro-garantia ou fiança bancária, deverão os citados documentos serem emitidos por empresas regulamentadas pela SUSEP (Superintendência de Seguros Privados) ou Banco Central do Brasil, fazendo juntar a correspondente prova.

7.3.1 As garantias prestadas na modalidade seguro-garantia deverão contemplar, na mesma apólice ou em apólices distintas a cobertura para sinistro de responsabilidade civil.

7.3.2 No caso de apólice distinta para cobertura de sinistro de responsabilidade civil, a contratada deverá apresentá-la, no ato de recebimento da Ordem de Início dos Serviços, diretamente na Gerência de Licitação GL/SED.

7.4 A Garantia da execução da obra, quando efetuada por meio de fiança bancária ou seguro-garantia, deverá ter prazo de vencimento mínimo de 90 (noventa) dias após a data prevista para o fim da vigência do contrato; o mesmo prazo deverá ser observado para garantia através de Título da Dívida Pública e, se for o caso, para apólice de responsabilidade civil.

7.4.1 Na hipótese de celebração de Termo Aditivo que prorrogue o prazo de vigência do contrato, a contratada deverá providenciar a complementação da garantia prestada, de modo que mantenha a observância do prazo de vencimento mínimo de 90 (noventa) dias após a data prevista para o fim da vigência do contrato, sob pena de aplicação de multa e até mesmo a rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções previstas em Lei e no presente instrumento convocatório.

7.5 Em caso de celebração de Termo Aditivo que resulte no aumento do valor contratual, ou do reajustamento previsto no item 10.3, a contratada deverá providenciar o reforço da Garantia prestada, de modo a manter compatibilidade com o percentual de 5% do valor global do contrato, sob pena de aplicação de multa e até mesmo a rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções previstas em Lei e no presente instrumento convocatório.

7.5.1 O reforço da garantia somente será admitido na mesma modalidade optada quando da prestação da garantia inicial.



7.5.2 Caso a CONTRATADA opte pela substituição da modalidade da garantia inicial prestada, deverá ser formalizado pedido dirigido ao Diretor-Geral de Infraestrutura, Administração e Apoio Escolar/DGIAPE, acompanhado da respectiva minuta da nova modalidade de garantia que pretende apresentar.

7.6. A CONTRATADA terá o prazo de 10 (dez) dias consecutivos, contado da data de assinatura do termo aditivo ou ciência da apostila de reajuste, para apresentar o reforço da garantia de que tratam os subitens 7.4.1 e 7.5, sob pena de aplicação de multa, conforme item 11.14, sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis e até mesmo rescisão contratual.

7.6.1. O reforço da garantia deverá ser entregue no setor técnico responsável pela gestão e fiscalização do contrato, que somente poderá recebê-lo, caso esteja em conformidade com as condições dispostas nesta cláusula sétima, especialmente quanto ao prazo de vigência e valor segurado.

7.6.2. No caso de paralisação da execução do objeto, a contratada deverá regularizar o prazo da garantia nos mesmos termos previstos no subitem 7.4.1, devendo apresentá-la em 10 (dez) dias consecutivos contado da data de reinício da execução.

7.7. As garantias de participação e de execução da obra, bem como seus respectivos reforços, serão recusadas quando fixarem condições incompatíveis com este Edital, ou contiverem cláusulas conflitantes com a legislação que rege a presente Licitação, bem como a que orienta a emissão e aceitação de tais documentos.

7.7.1. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- a) Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b) Prejuízos diretos causados à Administração, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- c) Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada;
- d) Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

7.8. A garantia prestada na contratação somente será resgatada após a assinatura do Termo de Recebimento Definitivo da Obra pela **SED** e comprovação do adimplemento de todas as obrigações contratuais, condicionada a manifestação favorável do gestor do contrato.

7.9. No caso de rescisão contratual pelo inadimplemento das cláusulas contratuais pela empresa contratada, não será devolvida a garantia prestada, a qual será apropriada pela **SED**, sob título de "Indenização e Restituição", após realizado o confronto das contas créditos/débitos.

7.10. Os valores depositados em moeda corrente, destinados à garantia contratual, serão aplicados em caderneta de poupança junto a instituições financeiras oficiais do País, sendo que a sua devolução obedecerá ao estabelecido nos subitens 7.8 e 7.9.

8. PRAZOS

8.1. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia de início e se incluirá o dia do vencimento, com exceção da contagem dos prazos de vigência e de execução do contrato, que deverão obedecer ao disposto no subitem 8.3 e 8.4.



8.2. Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste item, em dia de expediente da SED.

8.3. **PRAZO DE EXECUÇÃO:** O objeto do presente edital deverá ser executado e totalmente concluído dentro do prazo de 12 (doze) meses consecutivos, contados da data do recebimento da Ordem de Início dos Serviços (OIS), sob pena de aplicação de multa moratória, sem prejuízo das demais penalidades e da rescisão contratual, se for o caso.

8.4. **PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO:** A vigência do contrato terá início a partir da sua assinatura e perdurará até 90 (noventa) dias corridos após o término do prazo de execução.

8.5. A **SED** emitirá a Ordem de Início dos Serviços (OIS), no prazo de 30 (trinta) dias úteis, após a formalização do contrato.

8.6. A empresa deverá comparecer na Gerência de Licitação – GL/SED, para o recebimento da OIS, no prazo de até 10 (dez) dias úteis após o recebimento da confirmação da convocação, conforme metodologia descrita no subitem 11.1.2;

8.6.1. Para recebimento da OIS, a **CONTRATADA** deverá apresentar os seguintes documentos, sob pena de rescisão contratual e aplicação de multa pelo descumprimento total da obrigação, nos termos do item 11.9, b.:

- a) Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) devidamente recolhida junto ao CREA/MS, e/ou o Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), devidamente recolhido junto ao CAU/MS;
- b) Apresentação da metodologia e do programa do cumprimento das normas insertas na NR-07 (PCMSO) e na NR-01 (PGR);
- c) Caso a empresa for utilizar mais de 20 (vinte) trabalhadores para execução da obra, deverá também apresentar a metodologia de operacionalização da NR-18 (PCMAT); não tendo a obra mais de 20 (vinte) trabalhadores deverá ser apresentada declaração, devidamente assinada, afirmando que a empresa não utilizará quantidade superior a 20 (vinte) trabalhadores para execução da obra.

8.6.2. Além dos documentos apontados no subitem 8.6.1, a **CONTRATADA** deverá apresentar, se for o caso, Garantia para sinistro de responsabilidade civil, conforme subitens 7.3.1 e 7.3.2.

9. MEDIÇÃO, PAGAMENTO E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS.

9.1. Os pagamentos serão efetuados por meio de depósito em conta corrente do contratado, de acordo com o SPF (Sistema de Planejamentos e Finanças), e a cada pagamento efetuado, corresponderá à medição de acordo com as instruções e especificações da **SED**.

9.2. Os serviços serão medidos mensalmente pelo fiscal da obra designado pelo Secretário de Estado de Educação, exceto a primeira medição, medição única ou final.

9.3. A medição final será elaborada pelo fiscal da obra, somente depois de concluído todos os serviços.

9.4. As medições, acompanhadas de Relatórios e Cronogramas Físico-Financeiros, quando for o caso, deverão ser encaminhadas pelo fiscal da obra ao setor competente da **SED** para os procedimentos de pagamento.



9.5. Qualquer aumento de quantitativos em relação aos previstos por ocasião da proposta deverá ser justificado pelo fiscal.

9.6. O critério objetivo de medição para a Administração Local será com pagamentos proporcionais à execução financeira do contrato da obra, abstendo-se de utilizar critérios de pagamentos para esse item como um valor mensal fixo.

9.6.1. Caso não seja possível imprimir o ritmo de execução previsto em cronograma, por motivos alheios à conduta da contratada, caberá à empresa implementar mecanismos de controle de mão de obra, de modo a ajustar os custos de administração local em relação ao cronograma de execução do projeto, a partir da aceleração ou redução do ritmo das atividades.

9.6.2. Considerando o disposto acima, fica vedado o aditamento de administração local baseado em prorrogações de prazo ou paralisações de contrato

9.7. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal, com as respectivas medições, devidamente conferidas, aprovadas e atestada pelo fiscal, acompanhadas dos seguintes documentos:

- I. Certificado de Regularidade de FGTS – CRF;
- II. Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, quanto a Dívida Ativa da União; Tributos Federais e a Seguridade Social (INSS);
- III. Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa da Fazenda Estadual e Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa da Fazenda Pública Municipal;
- IV. Declaração de Regularidade e Adimplemento de Verbas Trabalhistas, nos moldes do Anexo IV;
- V. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT válida.

9.8. Poderá a **SED** sustar o pagamento a que a **CONTRATADA** tenha direito, enquanto não sanados os defeitos, vícios ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados na obra, bem como quando não efetuar o recolhimento de valores devidos a Previdência Social, não cumprimento das orientações técnicas determinadas pela fiscalização ou ainda, não recolhimento de multa aplicada.

9.9. Para fins de pagamento o valor total da nota fiscal/fatura deverá estar subdividido em valor referente aos materiais empregados e valor referente aos serviços realizados, devendo estar devidamente destacados no documento fiscal, com indicação dos respectivos percentuais.

9.10. O pagamento das demais notas fiscais/fatura ficará condicionado à entrega, por parte da empresa **CONTRATADA**, do comprovante de recolhimento previdenciário (INSS).

9.11. Executado o contrato, o seu objeto será recebido:

- a) Pelo fiscal da obra/SED, mediante Termo de Recebimento; primeiro provisoriamente, o que será precedido de elaboração da Medição Final ou Medição Única; depois, definitiva assinada pelas partes, após o decurso de prazo de observação ou de vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, prevalecendo ainda a responsabilidade da **CONTRATADA**



por quaisquer danos verificados na obra ou a terceiros, em decorrência de defeito ou falha na sua execução.

- b) O prazo para recebimento definitivo, não poderá ser superior a 90 (noventa) dias do recebimento provisório, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados pelo fiscal e ratificados pelo Diretor-Geral de Infraestrutura, Administração e Apoio Escolar/DGIAPE.

9.12. A **SED** rejeitará no todo ou em parte o serviço, se em desacordo com o contrato, e normas que orientam a execução dos mesmos.

9.13. Os Termos de Recebimento provisório e definitivo não eximirão a **CONTRATADA** das obrigações definidas no Código Civil Brasileiro em vigor, bem como no artigo 69 da Lei Federal 8.666 de 21/06/1993.

10. DOTAÇÃO, VALOR DA OBRA E REAJUSTAMENTO

10.1. As despesas decorrentes da execução do objeto do presente Edital correrão à conta da Dotação Orçamentária assim discriminada:

Unidade Orçamentária	Funcional Programática	Natureza da Despesa	Fonte
29101	10.29101.12.361.2046.4088.0003	33903916	0150010011

10.2. O valor total para execução do objeto deste edital é de **R\$ 908.024,29 (novecentos e oito mil, vinte e quatro reais e vinte e nove centavos)**.

10.3. DO REAJUSTAMENTO:

10.4. Durante a vigência do contrato, as parcelas do cronograma físico-financeiro que, no momento de sua efetiva execução, ultrapassarem o período de 12 (doze) meses, contado da data do orçamento inicial da SED (junho/2023), poderão ser reajustadas segundo a variação dos índices utilizados pelo Índice Nacional da Construção Civil – INCC/SINAPI ou o que venha a substituí-lo, considerando o “lo” da data de referência do orçamento inicial da SED (junho/2023).

10.3.1. Considerando a data de referência do orçamento inicial estipulada no item 10.3, o reajustamento incidirá somente nos serviços executados a partir do mês de **julho** do ano subsequente, e assim sucessivamente.

10.3.2. O referido reajustamento deverá ser formalmente requerido pela CONTRATADA, no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados de cada aniversário, sob pena de preclusão do direito ao mesmo.

10.3.3. Para efetivação do reajustamento do contrato, o contratado deverá estar com o cronograma físico-financeiro da obra em dia, bem como com as demais obrigações, ou apresentar justificativa detalhada dos motivos do atraso, condicionada a manifestação favorável do fiscal do contrato.

10.3.4. Quando houver atraso do cronograma físico-financeiro, sem prejuízo da aplicação das sanções contratuais devidas pela mora:

- a) aumentando os preços, prevalecerão os índices vigentes na data em que deveria ter sido cumprida a obrigação;



b) diminuindo os preços, prevalecerão os índices vigentes na data do efetivo cumprimento da obrigação;

c) quando houver antecipação, prevalecerão os índices vigentes na data do efetivo cumprimento da obrigação.

10.3.5. Na hipótese de atraso na execução do contrato por culpa da administração, prevalecerão os índices vigentes neste período, se os preços aumentarem, ou serão aplicados os índices correspondentes ao início do respectivo período, se os preços diminuïrem

11. CONTRATO, ALTERAÇÕES CONTRATUAIS, MULTAS E RESCISÃO

11.1. A licitante vencedora terá o prazo de 10 (dez) dias consecutivos, contado a partir da confirmação da convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

11.1.1. A convocação para assinatura do instrumento contratual será feita via *e-mail*.

11.1.2. O prazo para assinatura previsto no item 11.1, se inicia após a confirmação do recebimento da convocação. Decorrido o prazo de 2 (dois) dias úteis do envio da convocação, sem a referida confirmação, será reiterada a convocação, sendo que, caso não haja confirmação no prazo de 1 (um) dia útil, decairá o direito da licitante à contratação.

11.1.3. Para eficácia da convocação da licitante vencedora para assinatura do instrumento contratual, o *e-mail* válido será aquele informado no Anexo I, conforme exigido, devendo a licitante mantê-lo atualizado. Havendo qualquer alteração dos seus dados, deverá a licitante, no prazo de 48 horas, comunicar esta Gerência.

11.2. O prazo previsto no item 11.1 poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação devidamente justificada do adjudicatário e aceita pela Administração, mediante juízo de conveniência e oportunidade.

11.3. Ao comparecer para assinatura do Termo de Contrato, a licitante vencedora deverá apresentar a documentação elencada abaixo, indispensável à sua formalização:

- a) Garantia de execução do contrato, conforme definido neste Edital;
- b) Certidão de regularidade para com as fazendas: Federal (certidão conjunta), Estadual e Municipal (débitos gerais ou mobiliária e imobiliária conjuntamente);
- c) Certidão de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- d) Prova de Regularidade Trabalhista, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- e) Registro ou inscrição com “**VISTO**” junto ao CREA/CAU-MS, quando for o caso.
- f) **Anexo IV**, submetendo-se as normas de segurança do trabalho, nos termos das declarações respectivas.

11.3.1. A licitante convocada não poderá assinar o contrato caso não apresente algum dos documentos elencados acima ou presente em desconformidade com as disposições legais e editalícias, sendo que, decorrido o prazo estipulado no item



11.1, decairá do direito à contratação, caracterizando descumprimento total da obrigação, passível de aplicação das penalidades cabíveis.

11.4. A obra/serviço será **CONTRATADA** pelo regime de empreitada por preço unitário, mediante instrumento a ser assinado na Gerência de Licitação da **SED**, observando as condições estabelecidas neste EDITAL, as que constam da MINUTA DO CONTRATO, anexa ao presente instrumento convocatório.

11.5. O prazo de início dos serviços será de até 5 (cinco) dias consecutivos após o recebimento da Ordem de Início dos Serviços.

11.6. É facultado a **SED**, quando o convocado não assinar o Termo de Contrato, ou não aceitar retirar o instrumento equivalente, no prazo e condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços de conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação.

11.7. Na hipótese da **SED** não assinar contrato com o licitante vencedor ou com outro, convocado na ordem de classificação, no prazo de 60 (sessenta) dias referente à validade das propostas, ficam as partes liberadas de quaisquer compromissos assumidos, ressalvado casos de interesse público, desde que a futura **CONTRATADA** opte pela manutenção da proposta além do prazo fixado.

11.8. Caso haja necessidade de modificação do Cronograma Físico-Financeiro, a contratada fará a apresentação do novo Cronograma para a devida apreciação do fiscal da obra e posterior aprovação pela SED.

11.9. Os prazos de início das etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos motivos elencados no § 1º, do art. 57 da Lei 8.666/93.

11.9.1. A prorrogação do prazo de execução do contrato implicará na prorrogação automática do seu prazo de vigência, de modo a preservar o interregno de 120 (cento e vinte) dias entre o fim do prazo de execução e o de vigência do contrato:

11.10. Toda a prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e autorizada pelo Diretor-Geral de Infraestrutura, Administração e Apoio Escolar/DGIAPE, com a prévia manifestação do fiscal da obra, que observará em sua justificativa o enquadramento do pedido, citando o item que fundamenta o pedido, conforme consta do subitem 11.9, bem como a adequação do cronograma físico-financeiro da execução.

11.11. Desde que atendidas às condições estipuladas no subitem 11.9, o pedido de Prorrogação de prazo, porventura a ser feito pela **CONTRATADA** ou proposto pelo **fiscal da obra**, deverá ser submetido à apreciação jurídica no prazo de até 15 (quinze) dias, anterior ao vencimento do contrato.

11.12. A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar pelos mesmos preços e demais condições do contrato, os acréscimos ou supressões de serviços até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial, atualizado, do contrato e no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para seus acréscimos.

11.13. Ocorrendo hipótese de aditivos extras contratuais, e se na proposta não houver sido estabelecido preços unitários para esses serviços, os mesmos serão fixados de acordo com os valores constantes do Boletim de Preços da **AGESUL** e/ou **SINAP** da data do orçamento



da SED; caso o Boletim não disponha de custo do serviço, o mesmo será estabelecido em consenso entre as partes, na data de sua execução e respeitadas as condições estabelecidas no contrato. Referidos valores serão retroagidos à data do orçamento da SED e serão, ainda, decrescidos do montante oferecido quando da licitação.

11.14. O atraso injustificado na execução do contrato ou no cumprimento de providências determinadas pelos agentes competentes, mediante notificação, sujeitará o contratado à multa de mora, calculada sobre o valor integral atualizado do contrato, na seguinte conformidade:

- a) Multa de 0,20% (vinte centésimos por cento), ao dia, para atraso de até de 30 (trinta) dias;
- b) Multa de 0,40% (quarenta centésimos por cento), ao dia, para atraso superior a 30 (trinta) dias, limitado a 60 (sessenta) dias;
- c) O atraso superior a 60 (sessenta) dias, caracterizará inexecução parcial ou total, conforme o caso, aplicando-se o disposto no item 11.15 e ensejando a rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades cabíveis, ressalvado o disposto no subitem 11.14.1;

11.14.1. No caso de atraso superior a 60 (sessenta) dias, a Administração poderá, mediante juízo de conveniência e oportunidade da autoridade competente, optar por não rescindir o contrato, de forma a possibilitar sua conclusão pela contratada, caso em que será aplicada multa de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) por dia de atraso, limitado a 90 (noventa) dias, sem prejuízo da aplicação da multa por inexecução parcial caso o objeto não seja concluído nos 90 (noventa) dias.

11.14.2. A contratada deverá cumprir rigorosamente o cronograma físico-financeiro, sob pena de caracterização de atraso. Caso a medição registre percentual executado inferior ao estipulado no cronograma, a contratada deverá, independente de notificação, apresentar justificativa no prazo de 5 (cinco) dias úteis, para apreciação da fiscalização. Caso as justificativas não sejam aceitas, a contratada deverá recuperar o cronograma no período da medição subsequente, sob pena de restar caracterizada a mora desde a medição em que se constatou o não cumprimento do cronograma.

11.14.3. O atraso será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia subsequente ao término do prazo estabelecido para a conclusão da etapa, ou da providência determinada pelo agente responsável, até o dia anterior à sua efetivação.

11.15. A inexecução total ou parcial do contrato sujeitará o contratado às seguintes penalidades:

- a) Em caso de inexecução parcial, multa de 2% (dois por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor integral atualizado do contrato, a ser aplicada da seguinte forma:
 - 2% (dois por cento) caso o objeto se encontre com percentual de execução igual ou superior a 90% (noventa por cento);
 - 3% (três por cento) caso o objeto se encontre com percentual de execução entre 80% (oitenta por cento) a 89 % (oitenta e nove por cento);
 - 4% (quatro por cento) caso o objeto se encontre com percentual de execução entre 70% (setenta por cento) a 79% (setenta e nove por cento);



- 5% (cinco por cento) caso o objeto se encontre com percentual de execução entre 60% (sessenta por cento) a 69% (sessenta e nove por cento);
 - 6% (seis por cento) caso o objeto se encontre com percentual de execução entre 50% (cinquenta por cento) a 59% (cinquenta e nove por cento);
 - 7% (sete por cento) caso o objeto se encontre com percentual de execução entre 40% (quarenta por cento) e 49% (quarenta e nove por cento);
 - 8% (oito por cento) caso o objeto se encontre com percentual de execução entre 30% (trinta por cento) e 39% (trinta e nove por cento);
 - 9% (nove por cento) caso o objeto se encontre com percentual de execução entre 20% (vinte por cento) e 29% (vinte e nove por cento);
 - 10% (dez por cento) caso o objeto se encontre com percentual de execução entre 1% (um por cento) e 19% (dezenove por cento).
- b) Em caso de inexecução total, multa de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor integral atualizado do contrato;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de 02 (dois) anos.

11.15.1. Independentemente das sanções arroladas acima, a contratada ficará sujeita à composição das perdas e danos causados à Administração e decorrentes de sua inadimplência, bem como arcará com a correspondente diferença verificada em nova contratação, na hipótese de os demais classificados não aceitarem contratar pelos mesmos preços e prazos fixados pela inadimplente.

11.16. O valor da multa poderá ser quitado voluntariamente pela contratada, no prazo de 30 (trinta) dias consecutivos após a data de intimação da decisão que aplicar a penalidade.

11.16.1. Caso não haja quitação voluntária, o valor da multa será compensado com os créditos que a contratada porventura tiver a receber. Se insuficientes esses créditos, a Administração poderá recorrer à garantia e promover a cobrança judicial.

11.17. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará suspenso de licitar e impedido de contratar com a SED, pelo prazo de até 02 (dois) anos, sem prejuízo da aplicação de multa em percentual equivalente à multa prevista para inexecução total do contrato e das demais cominações legais.

11.18. As sanções de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar, assim como de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração, poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que:

- a) Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;



- b) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

11.19. As penalidades serão aplicadas após regular procedimento administrativo, processado nos mesmos autos da contratação, sendo assegurado ao licitante, o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos que lhes são inerentes.

11.20. A rescisão do contrato poderá ser:

- a) Determinada por ato unilateral e escrito do **CONTRATANTE**, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666/1993;
- b) Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a SED;
- c) Judicial, nos termos da legislação.

11.21. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

11.22. A prerrogativa que tem a **CONTRATANTE** em acompanhar e fiscalizar a realização das obras, em nada diminui ou exclui a responsabilidade da **CONTRATADA**, quer seja por danos causados direta ou indiretamente a AGESUL ou a terceiros, quer motivados por sua culpa ou dolo.

11.23. Fica a **CONTRATADA** obrigada a colocar à disposição da fiscalização da **SED**, todos os instrumentos, equipamentos e instalações necessárias ao perfeito desempenho das atividades.

11.24. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor total atualizado do contrato.

11.24.1. A subcontratação depende de autorização prévia da SED, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto, assim como as demais regras para subcontratação previstas neste instrumento convocatório.

11.24.2. Ocorrendo a subcontratação de parte da obra, a contratada responderá solidariamente com a subcontratada, quer seja em relação SED como perante terceiros, diante das obrigações assumidas, inclusive pela qualidade e integridade da obra.

11.24.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

11.24.4. A subcontratação, devidamente autorizada, não gera entre a SED e a subcontratada, qualquer vínculo à exceção da responsabilidade constante no subitem 11.24.2.

11.24.5. Na ocorrência de subcontratação, a contratada poderá autorizar a SED, mediante declaração expressa, a creditar diretamente para a subcontratada, o pagamento pelos serviços por ela realizados e constantes das medições processadas no período considerado, ficando sob a responsabilidade exclusiva da contratada a emissão



das notas fiscais correspondentes, bem como o recolhimento de todos os impostos e taxas fiscais delas gerados.

11.24.5.1. A autorização deve acompanhar cada nota fiscal emitida pela contratada, ficando definido que, na ausência da autorização, os valores devidos pela medição, no período correspondente, serão pagos na conta corrente indicada pela contratada em sua proposta.

11.24.6. É vedada a subcontratação nos seguintes casos:

a) Das parcelas de maior relevância técnica, conforme definidas no subitem 5.1.14;

b) De empresas que participaram da licitação.

12. PROCESSO DE JULGAMENTO DA LICITAÇÃO

12.1. No local, dia e hora estabelecidos neste Edital, a Comissão Permanente de Licitações instalará o Ato Público, na presença dos licitantes, para o recebimento dos invólucros 01 e 02, obedecendo à ordem de trabalho.

12.2. Os atos públicos poderão ser assistidos por qualquer pessoa, mas somente deles participarão ativamente os licitantes ou representantes credenciados, não sendo permitida a intercomunicação entre eles, nem atitudes desrespeitosas ou que causem tumultos e perturbem o bom andamento dos trabalhos.

12.3. Na fase de habilitação, após o exame da documentação, não havendo intenção em recorrer da decisão, com desistência manifestada por todas as empresas participantes, o Presidente da Comissão de Licitação poderá proceder a abertura das propostas das empresas habilitadas, dando conhecimento aos concorrentes do teor das mesmas. Caso haja intenção das empresas em recorrerem nesta fase, não serão abertos os invólucros contendo as propostas, devendo a sessão ser suspensa, concedendo o prazo recursal que a lei estabelece. Somente depois do julgamento do recurso ou sua desistência é que será designada nova data para sessão pública dos invólucros contendo as propostas.

12.4. Para fins de julgamento das propostas de preços será adotada a seguinte sistemática:

12.4.1. Será impressa, inicialmente, somente a composição unitária de todos os preços que compõem a proposta da licitante que for declarada pela Comissão como a autora da proposta de **menor preço global**, no certame. A CPL poderá deixar de imprimir a composição unitária de preço se a licitante declarada menor preço tiver apresentado a mesma impressa;

12.4.1.1 A referida composição de preços deverá conter e todas as suas páginas os dados da empresa licitante, bem como a sua logomarca.

12.4.2. No momento em que for impressa a documentação referida no subitem anterior, o representante da empresa autora da proposta, se presente ao ato, deverá visitá-la, juntamente com a comissão, para dar autenticidade à mesma;

12.4.3. Verificada a ausência da mídia contendo a referida composição de preços será desclassificada a proposta da licitante, com adoção dos devidos procedimentos legais. Posteriormente, será, então, impressa a composição de preços da licitante com proposta classificada subsequentemente, e assim sucessivamente, se for o caso.

12.5. À Comissão de Licitação competirá tomar todas as decisões legais no cumprimento de suas responsabilidades, conhecendo, analisando todos os documentos exigidos na



competição, quer seja na fase de habilitação ou da proposta, inabilitando licitantes e desclassificando propostas que contrariam as regras editalícias e legais fazendo a devolução dos envelopes contendo as propostas das empresas inabilitadas, consignando tudo em ata circunstanciada, emitindo parecer, selecionando em ordem crescente as propostas classificadas, bem como, instruir impugnações e recursos a serem encaminhados à autoridade competente. As reuniões que consignarem julgamento de mérito, na fase de habilitação ou proposta poderão ser realizadas reservadamente, no interesse exclusivo da Comissão.

12.6. A Comissão de Licitação deverá contar com o assessoramento técnico de servidores da **SED** na orientação de sua decisão.

12.7. Verificado, quando do julgamento, a existência de erros sanáveis, será solicitado ao licitante que proceda às devidas correções, utilizando os seguintes critérios:

- a) Discrepância entre valores grafados em algarismos e por extenso: prevalecerá o valor por extenso;
- b) Erro de multiplicação do preço unitário pela quantidade correspondente: será retificado, mantendo-se o preço unitário e a quantidade e corrigindo-se o produto;
- c) Erro de adição será retificado, conservando-se as parcelas corretas e trocando-se a soma;
- d) Caso haja valores diversos para insumos/serviços iguais será solicitada a correção considerando o menor dentre os valores propostos;
- e) Caso haja erro na descrição e/ou na unidade de medida de insumo/serviço, será solicitada a correção com a correta descrição e/ou unidade de medida da tabela de referência da Administração;
- f) Erros formais no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta, quando a planilha puder ser ajustada, no prazo solicitado, desde que não haja majoração do preço ofertado, e atendidas às demais condições de aceitabilidade.
- g) Erros formais no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta, quando a planilha puder ser ajustada, no prazo solicitado, desde que não haja majoração do preço ofertado, e atendidas às demais condições de aceitabilidade.
- h) Verificando em qualquer momento, até o término do contrato, incoerências ou divergências de qualquer natureza nas definições dos preços unitários dos serviços, será adotada a correção que resultar no menor valor.

12.7.1 Caso ocorra erro sanável, será permitida a adequação pela licitante em até 03 (três) dias úteis, a contar da intimação realizada pela CPL. Em não sendo sanados os erros da proposta de preços da empresa licitante, ocorrerá a desclassificação da mesma no certame licitatório.

12.8. Não será admitida correção que importe em alteração dos coeficientes dos insumos de materiais que compõem o serviço, mão-de-obra ou equipamentos que compõem o serviço.

12.9. Para julgamento da Tomada de Preços, atendidas as condições deste EDITAL, considerar-se-á **MENOR PREÇO**, a licitante que apresentar **menor valor GLOBAL**, valor este que será obtido pela soma dos produtos dos quantitativos pelos respectivos preços unitários



propostos, que será considerado como valor contratual, o qual não poderá exceder o fixado no item 10.2 deste edital.

13. CRITÉRIO DE DESEMPATE

13.1. Verificada igualdade de condições entre duas ou mais propostas, será a LICITAÇÃO decidida por SORTEIO, observado o disposto no artigo 3º, parágrafo 2º da Lei Federal n. 8.666/1993.

13.2. Será assegurado às microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), preferência de contratação, como critério de desempate, atendendo o benefício previsto nos artigos 44 e 45, da Lei Complementar n. 123/2006, desde que tenha apresentado, no envelope de habilitação, declaração nos moldes do **Anexo XI** deste edital.

13.3. Após a abertura dos envelopes de Proposta Comercial, se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 10% (dez por cento) superior a melhor proposta, proceder-se-á da seguinte forma:

- a) Ocorrendo o empate, a ME ou EPP mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada a menor preço do certame, situação em que será homologado em seu favor o objeto licitado, desde que a nova planilha com a composição dos preços seja entregue na **GL – Gerência de Licitação** em **até 02 (dois) dias úteis**, contados a partir da manifestação do representante da empresa interessada;
- b) Caso a ME ou EPP não apresente proposta de preço inferior, na forma do inciso I ou não esteja habilitada, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na situação de empate, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito, no prazo **até 02 (dois) dias úteis**, contados a partir da manifestação do representante da empresa interessada;
- c) A comprovação de que a empresa está enquadrada como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) se dará através da apresentação da **Declaração de Informações Socioeconômicas e Fiscais (DEFIS)** relativa ao ano-calendário do ano anterior ou a **Certidão fornecida pela Junta Comercial do Estado sede**. Deverão apresentar, também, as demonstrações contábeis do último exercício exigível, acompanhada do Balanço Patrimonial correspondente ou Declaração Anual do Simples Nacional (DASN) para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes, no envelope nº 01, sob pena de não lhe ser facultada a preferência.

13.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem no intervalo estabelecido no item 13.3, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

13.5. Em caso de dúvida quanto à receita bruta auferida pela licitante que se declara enquadrada na condição de ME ou EPP, para o fim de receber os benefícios previstos na LC 123/06, poderá a AGESUL solicitar a apresentação de todos os documentos comprobatórios, especialmente os balancetes mensais da empresa

14. DESCLASSIFICAÇÃO DE PROPOSTAS

14.1. Serão desclassificadas, de acordo com a legislação pertinente, as propostas que:



- a) Não atenderem as exigências legais, formais e regulamentares da presente licitação;
- b) Se mostrarem manifestamente inexecutáveis ou com preços excessivos;
- c) Apresentarem preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou a totalidade da remuneração.
- d) Contiverem vícios insanáveis ou ilegalidades;
- e) Quantitativos de mão-de-obra, materiais ou equipamentos insuficientes para compor a unidade dos serviços;
- f) Apresentarem propostas alternativas;
- g) Ocorrendo apresentação do **BDI (Anexo III)** com cálculos incorretos, inclusão ou exclusão de itens que extrapolem os apresentados no anexo respectivo, a proposta será, igualmente, desclassificada.

14.1.1. Será, igualmente, desclassificada, a proposta da concorrente que, logrado êxito na habilitação, vier a conhecimento da **SED**, fatos ou circunstâncias anteriores ou posteriores ao julgamento, que desabonem sua idoneidade, sua capacidade financeira, técnica ou administrativa.

14.2. Não será levada em consideração para efeito de classificação, qualquer oferta ou vantagem não prevista neste Edital, ou baseada nas propostas dos demais licitantes.

14.3. Consideram-se manifestamente inexecutáveis as propostas cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:

- a) Média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela administração, ou;
- b) Valor orçado pela administração.

14.3.1. Nessa situação, a licitante será convocada para comprovar, no prazo de 3 (três) dias úteis, a viabilidade dos preços constantes em sua proposta, conforme os parâmetros do artigo 48, inciso II da Lei nº 8.666/93, sob pena de desclassificação.

14.3.2. Preço excessivo é todo aquele, **unitário ou total**, que extrapolar os valores orçados pela **SED** e constantes dos anexos que compõem esta Tomada de Preços.

14.4 No caso de todas as licitantes serem inabilitadas ou se todas as propostas forem desclassificadas, poderá ser concedido às empresas participantes o prazo de 8 (oito) dias úteis para apresentação de nova documentação ou novas propostas sem o (s) motivo (s) que levou (levaram) a inabilitação ou desclassificação, caso se entenda ser mais vantajoso para o Poder Público.

15. DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. A Secretaria de Estado e Educação poderá, até a assinatura do contrato, revogar a presente LICITAÇÃO por razões de interesse público, decorrentes de fato superveniente, devidamente comprovado, sem direito a indenização ou ressarcimento dos licitantes. De outro



lado, procederá a anulação da mesma quando incidir ilegalidade insanável do procedimento licitatório, mediante despacho fundamentado.

15.2. Os interessados que tiverem dúvidas de caráter legal ou técnico na interpretação dos termos deste EDITAL, impugnações ou qualquer outra, a ele relacionado, deverão questioná-las, dirigindo-se a Gerência de Licitação da **SED** em petição escrita, em petição escrita, até o segundo dia útil que antecede a data de abertura da LICITAÇÃO, via *e-mail* ou através do protocolo da **COGESP** durante o expediente, no endereço mencionado no item 15.3.

15.3. O recurso deverá ser dirigido ao Presidente da Comissão e entregue, mediante protocolo, no seguinte endereço:

SECRETARIA ESTADO DE EDUCAÇÃO, AVENIDA DO POETA S/N, BLOCO V, PARQUE DOS PODERES, EM CAMPO GRANDE/MS.

A/C DA GERÊNCIA DE LICITAÇÃO/COGESP/SED

Fone: (67) 3318-2411

15.4. O resultado da licitação objeto deste edital, depois de homologado e adjudicado, será publicado no Diário Oficial do Estado e exposto no quadro de avisos da **SED**.

15.5. Na hipótese de posterior questionamento pelo município onde a obra será executada, acerca da base de cálculo prevista na planilha de serviços contida no presente ato convocatório, devido a título de ISSQN, a contratada ficará obrigada pelo pagamento do remanescente, através de retenção ou diretamente no caso de rompimento do vínculo contratual, ressalvado o direito de requerer o seu ressarcimento perante a contratante.

15.6. A licitante vencedora, quando da execução do objeto ora licitado, deverá reservar o percentual mínimo de 5% (cinco por cento) das vagas operacionais para as pessoas do sexo feminino, de acordo com o disposto na Lei Estadual n. 4.096/2011.

15.7. A contratada deverá observar as obrigações estabelecidas no Decreto Normativo n. 13.568/2013, no sentido de dotar os seus trabalhadores de capacitação técnica, por meio de cursos em saúde e em segurança do trabalho, em conformidade com a Resolução n. 96, de 23 de março de 2012, do Conselho Superior de Justiça do Trabalho.

15.8. Os procedimentos estabelecidos no **Anexo I** deste Edital e nestas Disposições Finais serão aplicáveis a todos os empreendimentos contratados por esta Secretaria de Estado de Educação - SED.

15.9. Deverá a Fiscalização divulgar e orientar os Fiscais das obras, Gerentes de Unidades, Encarregados e Mestres de Obras, na propagação das Normas de Segurança do Trabalho em consonância com a Portaria n. 3214, de 08/06/1978, que aprovou as Normas Regulamentadoras – NR – do Capítulo V, Título II, da Consolidação das Leis do Trabalho, bem como as regras estabelecidas no **Anexo I e IV** nas Disposições Gerais deste instrumento convocatório.

15.10. Complementam este Edital os seguintes Anexos:

ANEXO I – Declaração de Sujeição aos Termos do Edital e à legislação complementar;

ANEXO II – Declaração de Vistoria ou Renúncia;

ANEXO III – Demonstração da Bonificação e Despesas Indiretas – **BDI**;



ANEXO IV – Declaração das Normas de Segurança do Trabalho;

ANEXO V - Declaração de Regularidade e Adimplemento de Verbas Trabalhistas;

ANEXO VI – Modelo de Procuração;

ANEXO VII – Minuta do Contrato;

ANEXO VIII – Termo de Referência;

ANEXO IX – Declaração de que a empresa não possui em seu quadro societário Servidor Público da Ativa;

ANEXO X – Declaração de microempresa ou empresa de pequeno porte;

ANEXO XI – Declaração de inexistência de parentesco.

Campo Grande (MS), 27 de dezembro de 2023.

LILY RAQUEL SHUI

Gerência de Licitação

APROVO:

PAULO HENRIQUE MALACRIDA

Diretor-Geral de Infraestrutura,
Administração e Apoio
Escolar/DGIAPE



ANEXO – I

Tomada de Preços n. 65/2023-GL/SED

DECLARAÇÃO DE SUJEIÇÃO AOS TERMOS DO EDITAL E À LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR

A Empresa _____ (nome da empresa) _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, estabelecida na Rua _____, nº _____, Bairro _____, na cidade de _____, UF _____, E-mail _____, TELEFONE/FAX _____, representada pelo seu (Sócio/Procurador com mandato incluso), Sr.(ª) _____ (nome completo) _____, em atendimento às regras estabelecidas para o presente certame, **DECLARA** que:

- a) Conhece, aceita e se submete a todas às condições estabelecidas no edital acima referenciado, às disposições técnicas e à minuta contratual, tendo recebido todos os documentos e informações necessárias para o cumprimento integral e pleno das obrigações assumidas nesta licitação.
- b) Se compromete, formalmente, a executar a obra/serviço, de acordo com os projetos e especificações que fazem parte deste instrumento, e pelo preço e condições constantes da proposta aceita.
- c) Está ciente das condições da licitação, que responderá pela veracidade e autenticidade das informações constantes dos documentos e propostas que apresentar, e que fornecerá, se necessário, informações e documentações complementares solicitadas pela Comissão de Licitação.
- d) Sendo vencedora na presente licitação, utilizará na execução da obra/serviço, somente material de primeira qualidade, bem como, qualquer tipo de equipamento necessário a sua execução no instante em que forem solicitados, de acordo com a orientação da fiscalização da SED, sem nenhum ônus adicional.
- e) Tem em disponibilidade todo o equipamento, máquinas indicadas no Memorial Descritivo como necessárias a execução dos serviços, bem como estarão disponíveis a proporção da solicitação da fiscalização, declarando igualmente que dispomos de pessoal técnico especializado necessário e essenciais ao fiel cumprimento do objeto desta licitação.
- f) Executará a obra de acordo com os prazos estabelecidos neste edital.

**ANEXO – II****Tomada de Preços n. 65/2023-GL/SED****DECLARAÇÃO DE VISTORIA OU RENÚNCIA**

OBJETO: Serviços de Elaboração de laudo técnico de estanqueidade em diversas escolas estaduais no estado de Mato Grosso do Sul.

Declaramos para fins de participação na presente licitação, que o nosso Preposto Sr.º (nome do preposto), portador do CPF nº _____, Arquiteto, **OU** Engenheiro, portador do CREA nº _____, Visto/MS nº _____, Responsável Técnico ou não, tomou conhecimento dos locais onde serão executados os serviços e suas normas, inteirando-se suficientemente da natureza, quantidade dos serviços e de todas as condições que envolvem a execução do mesmo, verificando os serviços e peculiaridades inerentes ao objeto da presente licitação, e que estamos, cientes de todas as suas implicações técnicas e financeiras, necessidades, disponibilidades, remuneração de mão de obra, benefícios, distâncias, meios de transportes, etc., tendo coletado os dados e elementos necessários a perfeita elaboração da proposta comercial e esclarecido todas as dúvidas sobre o objeto desta licitação.

OU

Declaramos, para fins de participação na presente licitação, que optamos pela não realização de vistoria, mas temos conhecimento da complexidade, dos aspectos relativos aos serviços e demais informações necessárias para a execução do objeto da licitação, assumindo inteiramente a responsabilidade ou consequências por essa omissão, mantendo as garantias que vincularem nossa proposta ao presente processo licitatório, não podendo nada pleitear ou reclamar a respeito.

Campo Grande/MS, ____ de _____ de 2023.

Razão social da Licitante
Nome do Representante Legal/Signatário
Cargo/Função do Representante Legal/Signatário

OBS.: Quando da apresentação obedecer ao item 4.7 deste Edital

**ANEXO III****Tomada de Preços n. 65/2023-GL/SED****DEMONSTRAÇÃO DA BONIFICAÇÃO E DESPESAS INDIRETA – BDI
Nos termos do Acórdão TCU nº 2622/2013**

Conforme exigência do procedimento da licitação, apresentamos a composição dos nossos preços, demonstrando os percentuais de despesas indiretas, bonificações e impostos incidentes sobre os mesmos.

Variável	Componente	1º Quartil (%)	Taxa (%)	3º Quartil (%)
R	RISCO	0,97	1,27	1,27
S + G	SEGURO + GARANTIA	0,80	0,80	1,00
DF	DESPESAS FINANCEIRAS	0,59	1,23	1,39
AC	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	3,00	4,00	5,50
L	LUCRO	6,16	7,40	8,96
I	PIS		0,65	
	COFINS		3,00	
	ISSQN		3,00	
	INSS (CPRB)		4,50	
	TRIBUTOS		11,15	
Benefícios e Despesas Indiretas (BDI)			29,79 %	

$$BDI = \left\{ \left[\frac{(1 + AC + R + S + G)(1 + DF)(1 + L)}{(1 - I)} - 1 \right] \right\} \times 100$$

Onde:

AC = taxa de rateio da Administração central;

DF = taxa das despesas financeiras;

R = taxa de risco, seguro e garantia do empreendimento;

I = taxa de tributos; e,

L = taxa de lucro.

Razão social da Licitante
Nome do Representante Legal/Signatário
Cargo/Função do Representante Legal/Signatário

OBS 01: A composição do BDI não poderá ser superior a 29,79 %. Durante o processo de cálculo, com base na fórmula acima, deverão ser utilizadas todas as casas decimais (módulo flutuante) fazendo-se o arredondamento somente no final, considerando somente duas casas (0,00).

OBS 02: As taxas dos componentes não poderão ser inferiores à "1º Quartil", nem superiores à "3º Quartil"



ANEXO – IV

Tomada de Preços n. 65/2023-GL/SED

DAS NORMAS DE SEGURANÇA DO TRABALHO

1 – Declaramos que conhecemos e faremos cumprir todas as “Normas de Segurança no Trabalho” de 01 a 36, na hipótese de nossa proposta ser declarada vencedora na presente licitação, em especial as relacionadas a seguir:

- NR - 01 - Disposições Gerais (Elaboração de Ordem de Serviços);
- NR - 04 - Serviço Especializado em Segurança e Medicina do Trabalho- SESMT;
- NR - 05 - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA;
- NR - 06 - Equipamentos de Proteção Individual – EPI’S;
- NR - 07 - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional;
- NR - 08 - Edificações;
- NR - 09 – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA*;
- NR - 10 - Segurança em Instalações e Serviços de Eletricidade;
- NR - 11 - Transporte, Movimentação, Armazenagem e Manuseio de Materiais;
- NR - 12 – Máquinas e Equipamentos;
- NR - 15 – Atividade e Operações Insalubres;
- NR -16 - Atividades e Operações Perigosas;
- NR -18 – Condições e Meio Ambiente de trabalho na Indústria da Construção – PCMAT;
- NR - 21 – Trabalho a céu aberto;
- NR - 22 - Trabalhos Subterrâneos;
- NR - 23 - Proteção Contra Incêndios;
- NR - 24 - Condições sanitárias e de conforto nos locais de trabalho;
- NR - 26 - Sinalização de Segurança;
- NR - 27 - Registro Profissionais;
- NR - 28 - Fiscalização e Penalidades;
- NR -34 - Condições e Meio Ambiente Trabalho na Indústria da Construção;
- NR- 35 - Segurança e Saúde no Trabalho em Altura;

2 – A empresa vencedora da licitação deverá apresentar, no ato do recebimento da Ordem de Início dos Serviços (OIS), o instrumento contendo Metodologia de como será operacionalizado o cumprimento das normas inseridas na NR-07 (PCMSO) E NR-01 (PGR);

3 – Caso, para execução da obra a empresa for utilizar mais de 20 (vinte) trabalhadores, deverá também apresentar a metodologia de operacionalização da NR-18 (PCMAT), não tendo a obra mais de 20 (vinte) trabalhadores deverá ser apresentada declaração, devidamente assinada, afirmando que a empresa não utilizará quantidade superior a 20 (vinte) trabalhadores para execução da obra;

4 – Durante a execução do objeto do contrato, observará as normas abaixo relacionadas:
- Portaria n ° 3.214 do MTE, Decreto n ° 3048 – INSS;



- Manual de Engenharia de Segurança, Saúde Ocupacional e Meio Ambiente;
- Programa de Prevenção de Acidentes, Saúde Ocupacional e Preservação Ambiental;
- Procedimentos de Engenharia de Segurança, Saúde Ocupacional e Preservação Ambiental para trabalhos especiais; e,
- Procedimentos de Engenharia de Segurança, Saúde Ocupacional e Preservação Ambiental em áreas operacionais.

5 – No local da obra deverá conter também permanentemente uma cópia destes documentos relacionados à Segurança e Medicina do Trabalho, para possíveis Fiscalizações do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e Ministério Público do Trabalho – (MPT), perfazendo assim os cumprimentos junto à lei e a assinatura do contrato.

_____, ____ de _____ de 2023.

Razão social da Licitante
Nome do Representante Legal/Signatário
Cargo/Função do Representante Legal/Signatário

OBS.: Quando da apresentação obedecer ao item 4.7 deste Edital



ANEXO – V

Tomada de Preços n. 65/2023-GL/SED

DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE E ADIMPLEMENTO DE VERBAS TRABALHISTAS

A Empresa _____ (nome da empresa) _____, inscrita no CNPJ/MF sob o n. _____, estabelecida na Rua _____, nº _____, Bairro _____, na cidade de _____, UF _____, representada pelo seu (Sócio/Procurador com mandato incluso), Sr.(^a) _____ (nome completo) _____, em atendimento às regras estabelecidas pelo edital do certame, **DECLARA** que se encontra em situação regular no que tange aos direitos e verbas salariais devidas aos trabalhadores contratados e mobilizados para a **Serviços de Elaboração de laudo técnico de estanqueidade em diversas escolas estaduais no estado de Mato Grosso do Sul**, em especial: Salário mensal, não inferior ao piso salarial da categoria ou fixado em Convenção Coletiva de Trabalho; Horas extras; Descanso semanal remunerado; Décimo terceiro salário; Vale transporte ou computo da Hora *in itinere* nos casos prescritos em Lei; Férias remunerada de 30 (trinta) dias após período aquisitivo de 12 (doze) meses de trabalho, acrescido do adicional de 1/3 (um terço); Anotação da Carteira de Trabalho desde o início de vigência do pacto laboral; Verbas rescisórias em caso de demissão; Fornecimento de Guias CD/SD conforme prescrição legal; Liberação dos depósitos de FGTS e sua multa, em casos de demissão por iniciativa da empresa; que conhece e cumpre todos os itens da Convenção Coletiva de Trabalho da categoria profissional. E por ser expressão da verdade firmo a presente.

Campo Grande/MS, _____ de _____ de 2023.

Razão social da Licitante
Nome do Representante Legal/Signatário
Cargo/Função do Representante Legal/Signatário

OBS.: Quando da apresentação obedecer ao item 4.7 deste Edital.



ANEXO – VI

Tomada de Preços n. 65/2023-GL/SED

MODELO DE PROCURAÇÃO

A (nome da empresa) _____, inscrita no CNPJ sob n. _____, com sede à _____, neste ato representado pelo(s) _____ (sócios ou pessoas designadas para administrar a sociedade), com qualificação completa – nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço) pelo presente instrumento de mandato, nomeia e constitui, seu(s) Procurador(es) o(s) Senhor(es) _____ (nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço), outorgando-lhe poderes específicos para representá-la no **Edital de licitação Tomada de Preços nº 65/2023 - GL/SED – Processo Administrativo nº 29/028.227/2023**, podendo apresentar proposta, concordar, desistir, renunciar, transigir, firmar recibos, assinar atas e outros documentos, acompanhar todo o processo licitatório até o seu final, tomar ciência de outras propostas da Comissão de Licitação, praticando todos os atos necessários para o bom e fiel cumprimento deste mandato.

Campo Grande/MS, ____ de ____ de 2023.

Razão social da Licitante
Assinatura do representante legal da empresa
(Reconhecer firma do representante legal da empresa Licitante)



ANEXO – VII

Tomada de Preços n. 65/2023-GL/SED

MINUTA DO CONTRATO

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI
CELEBRAM A **SECRETARIA DE ESTADO
DE EDUCAÇÃO** E A EMPRESA **XXXX XXXX**,
DE ACORDO COM O EDITAL DE **TOMADA
DE PREÇOS Nº 65/2023-GL**.

I. CONTRATANTES

O ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO-SED**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob n. 02.585.924/0001-22, estabelecida na Av. do Poeta, s/n, Bloco V – Parque dos Poderes - nesta capital, representada neste ato pelo Secretário de Estado de Educação, **Sr. HÉLIO QUEIROZ DAHER**, brasileiro, casado, portador do RG nº 856509 SSP/MS, CPF n. 834.685.281-91, residente e domiciliado na Rua Rio Negro, nº. 1188, Bloco G, apto. 1705, Vila Margarida, nesta Capital e a Empresa **XXXX XXXX XXXX**, com sede na Rua XXX, n. XXX, Bairro XXX, na cidade de XXX/MS, inscrita no CNPJ/MF sob o n. XXXXXXXX, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sr. **XXXX XXXX**, (nacionalidade), (estado civil), (profissão), portador do RG n. XXXXX SSP/XX, inscrito no CPF/MF sob o n. XXX.XXX, residente e domiciliado na Rua XXX, n. XXX, Bairro XXX, na cidade de XXX/MS, ajustam e contratam a execução dos serviços, objeto do presente instrumento, em estrita conformidade com o Edital de Tomada de Preços nº 65/2023-GL.

II. FINALIDADE

O presente Contrato tem por finalidade formalizar e disciplinar o relacionamento contratual com vistas à execução dos trabalhos definidos e especificados na **Cláusula Primeira** - Objeto, e que foi celebrado em decorrência da autorização do Sr. Secretário de Estado de Educação, exarada em despacho constante do processo nº **29/028.227/2023**, datado de XX de XXX de 2023.

III. FUNDAMENTO LEGAL

Esta contratação decorre de licitação sob condições do **Edital de Tomada de Preços n. 65/2023-GL**, cujo resultado foi homologado em XX/XX/2023, pela autoridade competente conforme consta do processo supramencionado, submetendo-se as partes às disposições constantes da Lei Federal n. 8.666/93, às cláusulas e condições aqui estabelecidas e às demais normas legais vigentes.

IV. RESPONSABILIDADE TÉCNICA

A responsabilidade técnica na execução da obra caberá ao Arquiteto/Engenheiro **XXXX XXXX**, portador da carteira profissional n. XXXX/D, expedida pelo CREA -XX, e Visto-MS nº XXX.

Parágrafo único: Somente será admitida a substituição do responsável técnico, por profissional de experiência equivalente ou superior, mediante requerimento da CONTRATADA, contendo a documentação necessária a comprovar a experiência do novo responsável.

CLÁUSULA PRIMEIRA



DO OBJETO: Constitui objeto do presente Contrato, a execução pela **CONTRATADA**, da obra de **Serviços de Elaboração de laudo técnico de estanqueidade em diversas escolas estaduais no estado de Mato Grosso do Sul**, de acordo com as especificações do **Edital de Tomada de Preços nº 65/2023-GL**, quadro de quantitativo, bem como na íntegra, a Proposta da **CONTRATADA**, que fazem parte integrante deste contrato, como se nele estivessem inseridos todos os seus termos.

CLÁUSULA SEGUNDA

2. DO REGIME DE EXECUÇÃO: O presente contrato será executado pelo regime de **empreitada por preços unitários** e que são os constantes da proposta da **CONTRATADA**, aceita na licitação supracitada, cujas planilhas são partes integrantes deste instrumento, devidamente rubricado pelos representantes das partes contratantes.

CLÁUSULA TERCEIRA

3. DOS PREÇOS E DO VALOR CONTRATUAL:

3.1. O valor do presente contrato para execução do objeto é estimado em **R\$** (valor por extenso).

3.2. Dos preços contratados constam toda e qualquer despesa necessária à realização dos serviços, inclusive instalação do canteiro de serviços, quando houver, sinalização, energia elétrica, consumo de combustível, materiais de expediente, mão de obra, materiais, máquinas e equipamentos, inclusive manutenção dos equipamentos próprios, encargos das leis sociais e outras despesas acessórias e relativas aos trabalhos objeto deste contrato. Considerar-se-á que os preços unitários propostos são completos e suficientes para pagar todos os serviços. Nenhuma reivindicação para pagamento adicional será considerada sob alegação de qualquer erro ou má interpretação do Edital e seus anexos, inclusive por parte da contratada.

3.3.1. Durante a vigência do contrato, as parcelas do cronograma físico-financeiro que, no momento de sua efetiva execução, ultrapassarem o período de 12 (doze) meses, contado da data do orçamento inicial da SED (junho/2023), poderão ser reajustadas segundo a variação dos índices utilizados pelo Índice Nacional da Construção Civil – INCC/SINAPI ou o que venha a substituí-lo, considerando o “lo” da data de referência do orçamento inicial da SED (junho/2023).

3.3.2. Considerando a data de referência do orçamento inicial estipulada no item 3.3, o reajustamento incidirá somente nos serviços executados a partir do mês de **julho** do ano subsequente, e assim sucessivamente.

3.3.3. Para efetivação do reajustamento do contrato, o contratado deverá estar com o cronograma físico-financeiro da obra em dia, bem como com as demais obrigações, ou apresentar justificativa detalhada dos motivos do atraso, condicionada a manifestação favorável do fiscal do contrato.

3.3.4. Quando houver atraso do cronograma físico-financeiro, sem prejuízo da aplicação das sanções contratuais devidas pela mora:

a) aumentando os preços, prevalecerão os índices vigentes na data em que deveria ter sido cumprida a obrigação;

b) diminuindo os preços, prevalecerão os índices vigentes na data do efetivo cumprimento da obrigação;



c) quando houver antecipação, prevalecerão os índices vigentes na data do efetivo cumprimento da obrigação.

3.3.5. Na hipótese de atraso na execução do contrato por culpa da administração, prevalecerão os índices vigentes neste período, se os preços aumentarem, ou serão aplicados os índices correspondentes ao início do respectivo período, se os preços diminuïrem.

3.4. Os preços unitários são os constantes da Proposta Comercial da **CONTRATADA**, conforme quadro de quantitativos anexos.

3.5. Os quantitativos unitários poderão sofrer variações, obrigando-se a **CONTRATADA**, à execução pelos mesmos preços e condições pactuadas inicialmente, consoante estabelece o item 3.6 desta cláusula, mediante a elaboração de termo aditivo.

3.6. A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar pelos mesmos preços e demais condições do contrato, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços e compras até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial, atualizado, do contrato e no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para seus acréscimos.

3.7. Todos os equipamentos pertencentes à **CONTRATADA**, que forem usados, deverão ser adequados de modo a atender às exigências dos serviços e produzir a quantidade e a qualidade satisfatória dos mesmos. A fiscalização poderá ordenar a remoção e exigir a substituição de qualquer equipamento não satisfatório, ou mesmo, suplementá-los com outros julgados necessários.

CLÁUSULA QUARTA

4.1. **MEDIÇÃO E PAGAMENTO:** Os pagamentos serão efetuados por meio de depósito em conta corrente do contratado, de acordo com o **SPF (Sistema de Planejamentos e Finanças)**, e a cada pagamento efetuado, corresponderá à medição de acordo com as instruções e especificações da **SED**.

4.2. Os serviços serão medidos mensalmente pelo fiscal da obra designado pela **SED**, exceto a primeira medição, medição única ou final.

4.3. A medição final será elaborada pelo fiscal da obra, somente depois de concluído todos os serviços.

4.4. As medições, acompanhadas de Relatórios e Cronogramas Físicos Financeiros, quando for o caso, deverão ser encaminhadas pelo fiscal da obra ao setor competente da **SED** para os procedimentos de pagamento.

4.5. Qualquer aumento de quantitativos em relação aos previstos por ocasião da proposta deverá ser justificado pelo fiscal.

4.6 O critério objetivo de medição para a Administração Local será com pagamentos proporcionais à execução financeira do contrato da obra, abstendo-se de utilizar critérios de pagamentos para esse item como um valor mensal fixo.

4.6.1. Caso não seja possível imprimir o ritmo de execução previsto em cronograma, por motivos alheios à conduta da contratada, caberá à empresa implementar mecanismos de controle de mão de obra, de modo a ajustar os custos de



administração local em relação ao cronograma de execução do projeto, a partir da aceleração ou redução do ritmo das atividades.

4.6.2. Considerando o disposto acima, fica vedado o aditamento de administração local baseado em prorrogações de prazo ou paralisações de contrato

4.7. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal, com as respectivas medições, devidamente conferidas, aprovadas e atestadas pela fiscalização, acompanhadas dos seguintes documentos:

- a) Certificado de Regularidade de FGTS – CRF;
- b) Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, quanto a Dívida Ativa da União; Tributos Federais e a Seguridade Social (INSS);
- c) Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa da Fazenda Estadual e Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa da Fazenda Pública Municipal;
- d) Declaração de Regularidade e Adimplemento de Verbas Trabalhistas, nos moldes do Anexo V;
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT válida.

4.8. Para fins de pagamento o valor total da nota fiscal/fatura deverá estar subdividido em valor referente aos materiais empregados e valor referente aos serviços realizados, devendo estar devidamente destacados no documento fiscal, com indicação dos respectivos percentuais.

4.9. Para efetivação do primeiro pagamento da primeira nota fiscal/fatura a **CONTRATADA** deverá apresentar, também, cópia da matrícula da obra (CEI) junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), quando for o caso; nos pagamentos posteriores, deverá atender somente o estabelecido nos itens 4.6 e 4.9.

4.10. Os demais pagamentos serão efetuados à **CONTRATADA**, mediante apresentação da Guia de Recolhimento do INSS, da obra/serviço, referente a mês anterior, e, também, da Certidão de regularidade junto ao FGTS

4.11. Poderá a **SED** sustar o pagamento a que a **CONTRATADA** tenha direito, enquanto não sanados os defeitos, vícios ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados na obra, bem como quando não efetuar o recolhimento de valores devidos a Previdência Social, não cumprimento das orientações técnicas determinadas pela fiscalização ou ainda, não recolhimento de multa aplicada.

4.12. Ocorrendo hipótese de aditivos extras contratuais, e se na proposta não houver sido estabelecido preços unitários para esses serviços, os mesmos serão fixados de acordo com os valores constantes do Boletim de Preços da **AGESUL** e/ou **SINAP**, da data do orçamento inicial da SED; caso o Boletim não disponha de custo do serviço, o mesmo será estabelecido em consenso entre as partes, na data de sua execução e respeitadas as condições estabelecidas neste contrato. Referidos valores serão retroagidos à data do orçamento inicial da SED e serão, ainda, decrescidos do montante oferecido quando da licitação.

CLÁUSULA QUINTA

5. DOS PRAZOS



5.1. **DO PRAZO DE EXECUÇÃO:** O prazo para execução da obra será de **12 (doze) meses** consecutivos, contado da data de recebimento da Ordem de Início dos Serviços, a ser expedida pela **SED**, devendo cumprir rigorosamente o cronograma físico-financeiro do contrato, sob pena de aplicação de multa moratória, sem prejuízo das demais penalidades e da rescisão contratual, se for o caso.

5.2. **DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO:** A vigência do contrato terá início a partir da sua assinatura e perdurará até 90 (noventa) dias corridos após o término do prazo de execução.

5.3. **DA PRORROGAÇÃO:** Os prazos de início das etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas deste contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos motivos elencados no § 1º, do art. 57 da Lei 8.666/93.

5.3.1. A prorrogação do prazo de execução do contrato implicará na prorrogação automática do seu prazo de vigência, de modo a preservar o interregno de 90 (noventa) dias entre o fim do prazo de execução e o de vigência do contrato.

5.4. Toda a prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e autorizada pelo Coordenador da COGESP, com a prévia manifestação do fiscal da obra, que observará em sua justificativa o enquadramento do pedido, citando o item que fundamenta o pedido, bem como a adequação do cronograma físico-financeiro da execução.

5.5. Desde que atendidas às condições estipuladas no subitem 5.3, o pedido de Prorrogação de prazo, porventura a ser feito pela **CONTRATADA** ou proposto pelo **fiscal da obra**, deverá ser submetido à apreciação jurídica no prazo de até 15 (quinze) dias, anterior ao vencimento do contrato.

5.5.1. A **CONTRATADA** somente poderá solicitar prorrogação de prazo, quando da interrupção dos trabalhos for determinada por:

- a) Caso fortuito ou força maior;
- b) Ato da Administração.

5.5.2. O pedido fundamentado de prorrogação deverá ser protocolado na COGESP, no prazo de até 30 (trinta) dias antes do vencimento do contrato.

5.6 **DO PRAZO DE INÍCIO:** O prazo de início dos serviços será de até 5 (cinco) dias consecutivos após o recebimento da Ordem de Início dos Serviços (OIS).

5.7 **DO PRAZO PARA EMISSÃO DA OIS:** A SED emitirá a Ordem de Início dos Serviços (OIS), no prazo de 30 (trinta) dias úteis, após a formalização do contrato.

5.8 A empresa deverá comparecer na Gerência de Licitação, para o recebimento da OIS, no prazo de até 10 (dez) dias após o recebimento da confirmação da convocação, conforme metodologia descrita no subitem 11.1.2 do instrumento convocatório;

5.9 Para recebimento da OIS, a **CONTRATADA** deverá apresentar os seguintes documentos, sob pena de rescisão contratual e aplicação de multa pelo descumprimento total da obrigação, nos termos do item 10.2, b:



- a) Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) devidamente recolhida junto ao CREA/MS, e/ou o Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), devidamente recolhido junto ao CAU/MS;
- b) Apresentação da metodologia e do programa do cumprimento das normas inseridas na NR-07 (PCMSO) e na NR-01 (PGR);
- c) Caso a empresa for utilizar mais de 20 (vinte) trabalhadores para execução da obra, deverá também apresentar a metodologia de operacionalização da NR-18 (PCMAT); não tendo a obra mais de 20 (vinte) trabalhadores deverá ser apresentada declaração, devidamente assinada, afirmando que a empresa não utilizará quantidade superior a 20 (vinte) trabalhadores para execução da obra;

5.10 Além dos documentos apontados no item 5.6, a **CONTRATADA** deverá apresentar, se for o caso, Garantia para sinistro de responsabilidade civil, conforme subitens 7.3.1 e 7.3.2.

CLÁUSULA SEXTA

6. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes da execução deste contrato correrão a conta da dotação assim discriminada:

Unidade Orçamentária	Funcional Programática	Natureza da Despesa	Fonte

Nota de Empenho nº **XXXXX**, de **XX/XX/2023**, no valor de **R\$** (valor por extenso).

CLÁUSULA SÉTIMA

7. GARANTIA

7.1. A título de garantia da execução do objeto, no ato de assinatura do contrato, a licitante vencedora deverá optar por uma das formas estabelecidas nos incisos do artigo 56, da Lei n. 8.666/93, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor contratado.

7.2. Optando a Licitante vencedora pela prestação da garantia em dinheiro, essa deverá dirigir-se a Gerência de Finanças da **SED**, no endereço constante no preâmbulo deste Edital, para a obtenção da Nota de Lançamento (NL), no percentual exigido no item 7.1, podendo optar, alternativamente, pelo caucionamento parcelado, na forma dos subitens 7.2.1 a 7.2.3.

7.2.1. Para que seja admitido o parcelamento da garantia prestada na forma de caução em dinheiro, no ato da assinatura do Contrato, deverá ser apresentada pela Licitante vencedora, **declaração contendo, expressamente, sua opção por esta modalidade, juntamente com o comprovante de recolhimento da importância correspondente a 2% (dois por cento) do valor total do Contrato;**

7.2.2. Ocorrendo a hipótese do subitem 7.2.1, a garantia prestada na forma de caução em dinheiro será complementada durante a execução do objeto, mediante retenção de 3% (três por cento) de cada fatura a ser efetivada ou por meio de novos depósitos junto à Gerência de Finanças da SED, de forma a totalizar 5% (cinco por cento) do valor do Contrato.

7.2.3. Ocorrendo a integralização da garantia prestada na forma de caução em dinheiro no percentual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, não serão necessárias as complementações exigidas no subitem 7.2.2, salvo em caso de reajustamento ou aditivo que aumente o valor total contratado.



7.3. Optando a contratada pela prestação da garantia através de seguro-garantia ou fiança bancária, deverão os citados documentos serem emitidos por empresas regulamentadas pela SUSEP (Superintendência de Seguros Privados) ou Banco Central do Brasil, fazendo juntar a correspondente prova.

7.3.1. As garantias prestadas na modalidade seguro-garantia deverão contemplar, na mesma apólice ou em apólices distintas a cobertura para sinistro de responsabilidade civil.

7.3.2. No caso de apólice distinta para cobertura de sinistro de responsabilidade civil, a contratada deverá apresentá-la, no ato de recebimento da Ordem de Início dos Serviços, diretamente da Gerência de Licitação - GL.

7.4. A Garantia da execução do contrato, quando efetuada por meio de fiança bancária ou seguro-garantia, deverá ter prazo de validade equivalente ao prazo de vigência do contrato; o mesmo prazo deverá ser observado para garantia através de Título da Dívida Pública e, se for o caso, para apólice de responsabilidade civil.

7.4.1 Na hipótese de celebração de Termo Aditivo que prorogue o prazo de vigência do contrato, a contratada deverá providenciar a complementação da garantia prestada, de modo que mantenha a observância do prazo de vencimento equiparado ao prazo de vigência contratual, sob pena de aplicação de multa e até mesmo a rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções previstas em Lei e no presente instrumento convocatório.

7.5. Em caso de celebração de Termo Aditivo que importe no aumento do valor contratual ou de reajustamento previsto no item 3.3, a contratada deverá providenciar o reforço da Garantia prestada, de modo a manter compatibilidade com o percentual de 5% do valor global do contrato, sob pena de aplicação de multa e até mesmo a rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções previstas em Lei e no presente contrato.

7.5.1. O reforço de valor da garantia, somente será admitido na mesma modalidade optada quando da prestação da garantia inicial.

7.5.2. Caso a CONTRATADA opte pela substituição da modalidade da garantia inicial prestada, deverá ser formalizado pedido dirigido ao Diretor-Geral de Infraestrutura, Administração e Apoio Escolar/DGIAPE, acompanhado da respectiva minuta da nova modalidade de garantia que pretende apresentar.

7.6. A CONTRATADA terá o prazo de 10 (dez) dias consecutivos, contado da data de assinatura do termo aditivo ou ciência da apostila de reajuste, para apresentar o reforço da garantia de que tratam os subitens 7.4.1 e 7.5, sob pena de aplicação de multa, conforme item 10.1, sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis e até mesmo rescisão contratual.

7.6.1. O reforço da garantia deverá ser entregue no setor técnico responsável pela gestão e fiscalização do contrato, que somente poderá recebê-lo, caso esteja em conformidade com as condições dispostas nesta cláusula sétima, especialmente quanto ao prazo de vigência e valor segurado.

7.6.2. No caso de paralisação da execução do objeto, a contratada deverá regularizar o prazo da garantia nos mesmos termos previstos no subitem 7.4.1, devendo apresentá-la em 10 (dez) dias consecutivos contado da data de reinício da execução.

7.7. A garantia de execução da obra, bem como seus respectivos reforços, serão recusadas quando fixarem condições incompatíveis com o Edital, ou contiverem cláusulas conflitantes



com a legislação que rege a presente contratação, bem como a que orienta a emissão e aceitação de tais documentos.

7.7.1. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b) prejuízos diretos causados à Administração, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- c) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada;
- d) obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

7.8. A garantia prestada na contratação somente será resgatada após a assinatura do Termo de Recebimento Definitivo da Obra pela **SED**, e comprovação do adimplemento de todas as obrigações contratuais, condicionada a manifestação favorável do gestor do contrato

7.9. No caso de rescisão contratual pelo inadimplemento das cláusulas contratuais pela empresa contratada, não será devolvida a garantia prestada, a qual será apropriada pela **SED**, sob título de "Indenização e Restituição", após realizado o confronto das contas créditos/débitos.

7.10. Os valores depositados em moeda corrente, destinados à garantia contratual, serão aplicados em caderneta de poupança junto a instituições financeiras oficiais do País, sendo que a sua devolução obedecerá ao estabelecido nos subitens 7.8 e 7.9.

CLÁUSULA OITAVA

8. RESCISÃO:

8.1. A **SED** se reserva no direito de rescindir unilateralmente, a qualquer tempo, este contrato, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem indenizar a qualquer título a **CONTRATADA**, ressalvado o direito a haveres pelos serviços já executados, quando a mesma incorrer em uma das seguintes infrações:

- a) Não cumprir quaisquer das obrigações estipuladas neste contrato;
- b) Transferir o objeto deste contrato a terceiros no todo ou em parte, sem a anuência da **SED**;
- c) A ocorrência de quaisquer dos motivos consubstanciados no art. 78, incisos I a XIII e XVII da Lei Federal n. 8.666 de 21 de junho de 1993;

8.1.1. A **CONTRATADA**, no caso de rescisão unilateral, caberá receber o valor por serviços já executados, sofrendo, porém, a perda das garantias contratuais oferecidas e seus rendimentos, ficando ainda sujeita à eventual imposição de indenização por perdas e danos causados à **SED**.

8.2. O presente contrato poderá ser rescindido mediante acordo amigável entre as partes, precedida de autorização por escrito, devidamente fundamentada, e reduzido a termo no processo, respeitado sempre o interesse público, cabendo à **CONTRATADA** perceber os haveres por serviços já executados e o levantamento das garantias contratuais oferecidas.



CLÁUSULA NONA

9. DOS DIREITOS E PRERROGATIVAS: Constituem direitos e prerrogativas da **SED** além daqueles previstos nas leis pertinentes, os constantes dos artigos 58, 59 e 77 a 80 da Lei Federal n. 8.666 de 21.06.93, que a **CONTRATADA** declara expressamente conhecer e a eles se submete.

CLÁUSULA DÉCIMA

10. DAS PENALIDADES:

10.1. O atraso injustificado na execução do contrato ou no cumprimento de providências determinadas pelos agentes competentes mediante notificação, sujeitará o contratado à multa de mora, calculada sobre o valor integral atualizado do contrato, na seguinte conformidade:

- a) Multa de 0,20% (vinte centésimos por cento), ao dia, para atraso de até de 30 (trinta) dias;
- b) Multa de 0,40% (quarenta centésimos por cento), ao dia, para atraso superior a 30 (trinta) dias, limitado a 60 (sessenta) dias;
- c) O atraso superior a 60 (sessenta) dias, caracterizará inexecução parcial ou total, conforme o caso, aplicando-se o disposto no item 10.2 e ensejando a rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades cabíveis, ressalvado o disposto no subitem 10.1.1;

10.1.1. No caso de atraso superior a 60 (sessenta) dias, a Administração poderá, mediante juízo de conveniência e oportunidade da autoridade competente, optar por não rescindir o contrato, de forma a possibilitar sua conclusão pela contratada, caso em que será aplicada, multa de 0,5% (cinco centésimos por cento) por dia de atraso, limitado a 120 (cento e vinte) dias, sem prejuízo da aplicação da multa por inexecução parcial caso o objeto não seja concluído nos 120 (cento e vinte) dias.

10.1.2. A contratada deverá cumprir rigorosamente o cronograma físico-financeiro, sob pena de caracterização de atraso. Caso a medição registre percentual executado inferior ao estipulado no cronograma, a contratada deverá, independente de notificação, apresentar justificativa no prazo de 5 (cinco) dias úteis, para apreciação da fiscalização. Caso as justificativas não sejam aceitas, a contratada deverá recuperar o cronograma no período da medição subsequente, sob pena de restar caracterizada a mora desde a medição em que se constatou o não cumprimento do cronograma.

10.1.3. O atraso será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia subsequente ao término do prazo estabelecido para a conclusão da etapa, ou da providência determinada, até o dia anterior à sua efetivação.

10.2. A inexecução total ou parcial do contrato sujeitará o contratado às seguintes penalidades:

10.2. A inexecução total ou parcial do contrato sujeitará o contratado às seguintes penalidades:

- a) Em caso de inexecução parcial, multa de 2% (dois por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor integral atualizado do contrato, a ser aplicada da seguinte forma:
 - 2% (dois por cento) caso o objeto se encontre com percentual de execução igual ou superior a 90% (noventa por cento);



- 3% (três por cento) caso o objeto se encontre com percentual de execução entre 80% (oitenta por cento) a 89 % (oitenta e nove por cento);
- 4% (quatro por cento) caso o objeto se encontre com percentual de execução entre 70% (setenta por cento) a 79% (setenta e nove por cento);
- 5% (cinco por cento) caso o objeto se encontre com percentual de execução entre 60% (sessenta por cento) a 69% (sessenta e nove por cento);
- 6% (seis por cento) caso o objeto se encontre com percentual de execução entre 50% (cinquenta por cento) a 59% (cinquenta e nove por cento);
- 7% (sete por cento) caso o objeto se encontre com percentual de execução entre 40% (quarenta por cento) e 49% (quarenta e nove por cento);
- 8% (oito por cento) caso o objeto se encontre com percentual de execução entre 30% (trinta por cento) e 39% (trinta e nove por cento);
- 9% (nove por cento) caso o objeto se encontre com percentual de execução entre 20% (vinte por cento) e 29% (vinte e nove por cento);
- 10% (dez por cento) caso o objeto se encontre com percentual de execução entre 1% (um por cento) e 19% (dezenove por cento).

b) Em caso de inexecução total, multa de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor integral atualizado do contrato;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de 02 (dois) anos.

10.2.1. Independentemente das sanções arroladas acima, a contratada ficará sujeita à composição das perdas e danos causados à Administração e decorrentes de sua inadimplência, bem como arcará com a correspondente diferença verificada em nova contratação, na hipótese de os demais classificados não aceitarem contratar pelos mesmos preços e prazos fixados pela inadimplente.

10.3. O valor da multa poderá ser quitado voluntariamente pela contratada, no prazo de 30 (trinta) dias consecutivos após a data de intimação da decisão que aplicar a penalidade.

10.3.1. Caso não haja quitação voluntária, o valor da multa será compensado com os créditos que a contratada porventura tiver a receber. Se insuficientes esses créditos, a Administração poderá recorrer à garantia e promover a cobrança judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

11. DA MANUTENÇÃO DAS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS: A **CONTRATADA** se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações inicialmente pactuadas, inclusive todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no ato licitatório, sob pena de rescisão contratual e aplicação das penalidades cabíveis.



11.1. Obriga-se, ainda, a **CONTRATADA**, a utilizar nos serviços, mão-de-obra qualificada e especializada, podendo a **SED** exigir a substituição de qualquer empregado da **CONTRATADA**, fundamentado no interesse da administração.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

12. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL: A **CONTRATADA** se obriga a executar os serviços, objeto deste contrato, em perfeita harmonia e concordância com o Projeto de Engenharia, e as condições especificadas no Edital que orienta a presente contratação, a Documentação e Proposta apresentada pela **CONTRATADA** por ocasião do respectivo procedimento licitatório.

12.1. A **CONTRATADA** declara expressamente que examinou, minuciosamente, o Edital da licitação e seus Anexos, especialmente o projeto de engenharia, bem como o local dos serviços, e que os estudou, os comparou e os encontrou corretos, aceitando e submetendo-se, integralmente, às suas condições, e que obteve da **CONTRATANTE**, satisfatoriamente, todas as informações e esclarecimentos solicitados, não havendo dúvidas acerca dos serviços a executar.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

13. NORMAS DE EXECUÇÃO: Deverão ser obedecidas, além das normas de execução dos serviços constantes do Edital que orienta a presente contratação, as demais normas gerais estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas e todas as legislações vigentes, no que for aplicável e compatível.

13.1. **FISCALIZAÇÃO DA OBRA:** A **CONTRATADA** promoverá todas as facilidades necessárias, prestando as informações solicitadas e outras de interesse para a fiscalização dos serviços, pelos agentes da **SED**.

13.2. **SUJEIÇÃO LEGAL:** A **CONTRATADA** se obriga ao cumprimento de todas as leis, decretos, regulamentos e, demais normas legais aplicáveis à consecução dos objetivos do presente contrato, mormente à legislação tributária, aplicáveis às disposições da Lei Federal 8.666 de 21/6/1993.

13.3. **SUBCONTRATAÇÃO:** É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor total atualizado do contrato.

13.3.1. A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto, assim como as demais regras para subcontratação previstas neste instrumento convocatório.

13.3.2. Ocorrendo a subcontratação de parte da obra, a contratada responderá solidariamente com a subcontratada, quer seja em relação SED como perante terceiros, diante das obrigações assumidas, inclusive pela qualidade e integridade da obra.

13.3.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.



13.3.4. A subcontratação, devidamente autorizada, não gera entre a SED e a subcontratada, qualquer vínculo à exceção da responsabilidade constante no subitem 13.3.2.

13.3.5. Na ocorrência de subcontratação, a contratada poderá autorizar a SED, mediante declaração expressa, a creditar diretamente para a subcontratada, o pagamento pelos serviços por ela realizados e constantes das medições processadas no período considerado, ficando sob a responsabilidade exclusiva da contratada a emissão das notas fiscais correspondentes, bem como o recolhimento de todos os impostos e taxas fiscais delas gerados.

13.3.5.1. A autorização deve acompanhar cada nota fiscal emitida pela contratada, ficando definido que, na ausência da autorização, os valores devidos pela medição, no período correspondente, serão pagos na conta corrente indicada pela contratada em sua proposta.

13.3.6. É vedada a subcontratação nos seguintes casos:

- a) Das parcelas de maior relevância técnica, conforme definidas no edital da licitação;
- b) De empresas que participaram da licitação;

13.4 **RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS:** Concluídos os serviços, a **SED** os receberá através do fiscal da obra, mediante Termo de Recebimento, primeiro Provisoriamente, o que será precedido de elaboração da Medição Final ou Medição Única; depois, Definitiva, assinada pelas partes, após o decurso de prazo de observação ou de vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, prevalecendo ainda a responsabilidade da **CONTRATADA** por quaisquer danos verificados na obra ou a terceiros, em decorrência de defeito ou falha na sua execução.

13.5. **COMUNICAÇÃO AOS ÓRGÃOS DE ARRECADAÇÃO:** Quando da liquidação da despesa, os serviços de contabilidade comunicarão, aos órgãos incumbidos da arrecadação e fiscalização de tributos do Estado, as características e os valores pagos, conforme o disposto no art.63 da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1.964.

13.6. **RESPONSABILIDADE CIVIL:** A **CONTRATADA** responderá durante 05 (cinco) anos, contados da data do termo de recebimento, pela solidez da obra executada, nos termos do Código Civil Brasileiro.

13.7. **FORO:** As partes elegem o foro da comarca de Campo Grande/MS, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para nele serem dirimidas todas e quaisquer dúvidas decorrentes deste Contrato.

13.8. **CONCORDÂNCIA:** E por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento os representantes das partes, em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Campo Grande - MS, xx de xxxxxx de 2023.

Secretário de Estado de Educação

Empresa



ANEXO – VIII

Tomada de Preços n. 65/2023 – GL/SED

TERMO DE REFERÊNCIA

EMISSÃO E CERTIFICAÇÃO DE LAUDO DE ESTANQUEIDADE EM DIVERSAS ESCOLAS ESTADUAIS

Sumário

1. ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS.....	48
2. OBJETO	48
3. DIRETRIZES.....	49
4. DEFINIÇÃO DOS SERVIÇOS	50
5. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	51
6. PRAZOS DE INICIO E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO CONTRATO	51
7. LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.....	52
8. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.....	52
9. BDI's E REAJUSTE.....	54
10. ESTIMATIVA DE CUSTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA	54
11. LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.....	55
12. OBRIGAÇÃO DA EMPRESA CONTRATADA	55
13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.....	58
14. NORMAS E LEGISLAÇÃO APLICADA.....	59
15. ANEXOS.....	60



1. ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS

A Secretaria de Estado de Educação – MS, através da Diretoria Geral de Infraestrutura, Administração e Apoio Escolar – DIGIAPE, conforme a Lei Federal nº8666 de 21 de junho de 1993 e suas atualizações, assim como pelas demais normas legais e regulamentares aplicáveis a contratação para emissão e certificação de laudos de estanqueidade para renovação de projetos de prevenção e segurança contra incêndio e pânico em diversas escalas estaduais, incluindo quantificação de serviços, com as respectivas especificações técnicas e custos.

Para garantir o perfeito funcionamento desse sistema, e necessário que seja realizado, anualmente testes de estanqueidade para garantir que não haja pontos de vazamento no sistema de gás que alimenta as escolas. Laudo de estanqueidade tem a finalidade da certificação da rede de gás.

2. OBJETO

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados para e certificação de laudos de estanqueidade em diversas escolas estaduais pertencentes à Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul – SED/MS e dos que estejam sob sua responsabilidade, com o fornecimento de mão-de-obra, materiais, ferramentas, máquinas, equipamentos e transporte de seus funcionários.

O quadro abaixo apresenta a demanda prevista e valor estimando;

Lote	Especificações	Unidade de Medidas	Quantidade	Valor Unitário	Valor total
Único	SERVIÇOS DE EMISSÃO DE LAUDO DE ESTANQUEIDADE EM DIVERSAS ESCOLAS ESTADUAIS / MS	SERVIÇO	12 MESES	R\$ 908.024,29	R\$ 908.024,29

Equipe de Planejamento:



Eng. Civil – Gestor do Contrato	Arquiteto e Urbanista
Nome: Giovani Fábio Cortez Matrícula: 491383022	Nome: Willian Clemente Cardoso Matrícula: 84125023
Arquiteto e Urbanista	Arquiteto e Urbanista
Nome: Andressa Salicano Matrícula: 487542024	Nome: Alexandre Terrazas Vargas Matrícula: 497571022

3. DIRETRIZES

A necessidade da elaboração do Laudo de estanqueidade será necessária para segurança dos usuários da escola estaduais do Estado de Mato Grosso do Sul, portanto haverá a necessidade dos seguintes itens;

3.1. Permitir o pleno funcionamento das diversas Unidades Escolares, pertencentes a Secretaria de Estado de Educação, garantindo as condições físicas e de segurança das edificações para o pleno atendimento das atividades institucionais a que se destinam.

3.2. São imperativas a especialização e a qualificação na prestação desses serviços. Com a inexistência no quadro de recursos humanos da SED/MS de servidores para o desempenho das atividades de manutenção dos diversos próprios desta Secretaria, bem como os locados e cedidos, e, por não ser política do Governo do Mato Grosso do Sul a realização de concurso público para tais áreas, por serem consideradas atividades que não se enquadram no rol das funções do Estado, até mesmo, por razões econômicas, não sendo conveniente para o Governo manter um quadro funcional efetivo com as especializações e qualificações exigidas. Assim, é imprescindível a contratação de empresa especializada na área de manutenção predial.

3.3. Contratação de empresa especializada constitui-se na alternativa mais eficiente e eficaz para a **SED/MS**, na sua tarefa de zelar pelo patrimônio público.

3.4. A referida contratação, que conforme preceito legal, preferencialmente, deve ser objeto de execução indireta, destina-se ao atendimento da demanda das Escolas Estaduais, próprias ou de terceiros (prédio locado, cedido, etc), por serviços de estanqueidade, a fim de manter satisfatórias as condições de trabalho em suas dependências, preservando e mantendo o patrimônio e os bens públicos.

A Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul é composta por 349 escolas distribuídas nos 79 municípios do estado de Mato Grosso do Sul, que operacionalizam as diferentes etapas e modalidades da educação básica, portanto, há necessidade de



sanar as manifestações patológicas que ameaçam a durabilidade da edificação com a execução de serviços de manutenção.

4. DEFINIÇÃO DOS SERVIÇOS

O intuito do presente processo será de garantir que os sistemas da rede de gás GLP (Gás Liquefeito de Petróleo) e GN (Gás Natural) das cozinhas e laboratórios estejam em condições previstas pelas normas de segurança. Os sistemas das redes devem ser verificados anualmente, a fim de manter as escolas em funcionamento, reduzindo a perda de durabilidade, presença de patologias e riscos aos usuários.

4.1.1. Critério utilizado

4.1.1.1. A inspeção da rede de acordo com a Norma Técnica nº01/2020.

4.1.1.2. A inspeção procede ao diagnóstico das anomalias construtivas, falhas ocorridas com a rede, além de prejuízos causados ao usuário, que interferem e prejudicam a sua utilização.

4.1.2. Nível de inspeção

4.1.2.1. Esta vistoria é classificada como “nível 1”, representada por análise expedita dos fatos e sistemas construtivos vistoriados, com a identificação de suas anomalias e falhas aparentes.

4.1.3. Grau de Risco

Conforme a referida as normas, as anomalias e falhas são classificadas em três diferentes graus de recuperação, considerando o impacto do risco oferecido aos usuários, ao meio ambiente e ao patrimônio.

4.1.3.1. GRAU DE RISCO CRÍTICO – IMPACTO IRRECUPERÁVEL – é aquele que provoca danos contra a saúde e segurança das pessoas e meio ambiente, com perda excessiva de desempenho e funcionalidade, causando possíveis paralisações, aumento excessivo de custo, comprometimento sensível de vida útil e desvalorização imobiliária acentuada.

4.1.3.2. GRAU DE RISCO REGULAR – IMPACTO PARCIALMENTE RECUPERÁVEL – é aquele que provoca a perda parcial de desempenho



e funcionalidade, sem prejuízo à operação direta de sistemas, deterioração precoce e desvalorização em níveis aceitáveis.

4.1.3.3. GRAU DE RISCO MÍNIMO – IMPACTO RECUPERÁVEL – é aquele causado por pequenas perdas de desempenho e funcionalidade, principalmente quanto à estética ou atividade programável e planejada, sem incidência ou sem a probabilidade de ocorrência dos riscos relativos aos impactos irrecuperáveis e parcialmente recuperáveis.

5. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

De acordo com a Norma Técnica nº01/2020 pela Secretária de Estado de Justiça e Segurança Pública do Corpo de Bombeiro Militar do Estado de Mato Grosso do Sul, que dispõe sobre os procedimentos administrativos cabíveis.

Serviços do GLP (Gás Liquefeito de Petróleo) e GN (Gás Natural)

- ✓ Inspeção e reparo das válvulas, mangueiras;
- ✓ Inspeção das válvulas reguladoras, manômetro e conexões;
- ✓ Inspeção dos cilindros;
- ✓ Inspeção do vazamento, caso necessário a necessidade de teste de estanqueidade;
- ✓ Inspeção de tubulação aparente as fixações, pintura e corrosão.

6. PRAZOS DE INICIO E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

- 6.1. A empresa contratada deverá iniciar as atividades no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data de assinatura do contrato pelas partes.
- 6.2. Nesse mesmo período devem ser providenciados:
- 6.3. Anotações de Responsabilidade Técnica – ART's do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia ou Registro de Responsabilidade Técnica – RRT's do Conselho de Arquitetura e Urbanismo, referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, junto aos Conselhos respectivos;
- 6.4. Elaborar e apresentar junto à SED/MS um cronograma de vistoria prévia que será realizado em todas as instalações e equipamentos, para elaboração do Laudo de Estanqueidade.
- 6.5. Apresentar junto à SED/MS um relatório sobre as medidas de segurança a serem adotadas durante a execução dos serviços, em atendimento às legislações pertinentes;
- 6.6. A empresa contratada assumirá os serviços no estado em que se encontram os equipamentos e instalações.



- 6.7.** A empresa contratada executará os serviços de para elaboração do laudo, no horário de 07h30 às 17h30, com fornecimento de todas as ferramentas e equipamentos necessários à consecução do serviço. No entanto, tais exigências não impedem a empresa contratada de adotar outros procedimentos, quando necessários, visando aprimorar os serviços, com anuência do Contratante.
- 6.8.** A empresa contratada deverá iniciar os serviços em até 24 (vinte horas) após o recebimento da Ordem de Execução de Serviço – “O.E.S.” e concluir em até 72 (setenta e duas) horas, a contar do prazo de início estipulado, exceto as de caráter de urgência e/ou emergência, conforme definição dada pelo Contratante;
- 6.9.** As ordens de serviços poderão ser transmitidas por meio eletrônico, entendendo-se por início da solicitação a hora da transmissão;
- 6.10.** Quando se tratar de serviços de maior complexidade de execução, seja por questões técnicas ou pelo volume do serviço, a empresa contratada deverá submeter cronograma específico de execução à aprovação do Contratante, que providenciará autorização, estabelecendo as datas de início e conclusão do serviço;
- 6.11.** A execução desses serviços não poderá comprometer o bom andamento das demais Ordens de Execução de Serviço – “O.E.S.”.
- 6.12.** A Elaboração do laudo ocorrerá nos dias úteis, em horário comercial, através de solicitação do Contratante e, para atendimento das solicitações fora desse horário, a empresa contratada deverá manter um funcionário, com contato telefônico fixo e celular para receber as solicitações emergenciais que porventura surgirem.

7. LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 7.1.** O presente contrato atenderá às Unidades relacionadas no ANEXO I, considerando a possibilidade de eventual mudança de endereço de alguma Unidade Escolar o que será objeto de comunicação prévia junto à empresa contratada.

8. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 8.1.** Capacidade Técnico Operacional;

Atestado (s) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa (pessoa jurídica) já executou serviços de características semelhantes, nas quantidades mínimas relacionadas no quadro abaixo, tidas como de maior relevância:



Item	Especificações	Und.	Quantidade
1	LAUDOS DE ESTAQUEIDADE ELABORADOS NAS DIVERSAS ESCOLAS ESTADUAIS NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL	UND	54
2	LAUDOS DE ESTAQUEIDADE ELABORADOS NAS DIVERSAS ESCOLAS ESTADUAIS EM CAMPO GRANDE – MS	UND	15

8.2. Capacidade Técnico Profissional;

Comprovação da empresa que possui em seu quadro permanente profissional(is) de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente e detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes ao quadro abaixo, devidamente registrado junto ao CREA/CAU, acompanhada pela respectiva CAT, o qual responderá pela responsabilidade técnica da obra/serviço, nos seguintes critérios:

Item	Especificações	Und.
1	LAUDOS DE ESTAQUEIDADE DA REDE DE GÁS GLP E GN	UND

8.3. Responsável Técnico da Obra/ Serviço;

A empresa deverá comprovar que possui **no seu quadro permanente, ou, mediante apresentação de Declaração de Compromisso de Vinculação Contratual Futura** – caso seja declarada vencedora (nesta última hipótese, devera(ão) ser indicado(s) o(s) profissional(is) a ser(em) futuramente contratado(s), com anuência de ambas as partes), profissionais de nível superior ou outro devidamente registrados junto ao CREA/CAU, com experiência, detentores de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviços de características semelhantes ao quadro abaixo, devidamente registrado junto ao CREA/CAU, os quais responderão pela responsabilidade técnica da obra/serviço.

Profissionais	
01	ENGENHEIRO MECANICO
02	ARQUITETO



A comprovação de pertencer ao quadro permanente da empresa dará mediante apresentação de qualquer dos documentos descritos no parágrafo único, do artigo 45, da Resolução CONFEA nº 1.025/2009. Considera-se também como comprovação de vínculo se o profissional constar como responsável técnico na certidão de registro de pessoa jurídica da empresa licitante, junto ao respectivo conselho regional da categoria profissional, desde que este documento esteja válido e atualizado.

O profissional responderá pela responsabilidade técnica da obra/serviço, individualmente, ou em conjunto com outros profissionais com as mesmas qualificações técnicas exigidas.

9. BDI's E REAJUSTE

9.1. Opção do BDI dos serviços de ESTAQUEIDADE para todos os municípios;

Com base dos serviços previsto, segundo o boletim SED/MS do Estado de Mato Grosso do Sul, sugerimos adotar os BDI's de **29,79% (DESONERADO)** para serviços.

9.2. Cálculo do Reajuste;

Com base no Índice Nacional da Construção Civil – SINAPI, o reajuste será calculado com base nos valores da data base do orçamento, portanto, nestes serviços a planilha orçamentaria está com o valor de **Junho /2023**, preços SED/MS.

Formula geral:

$$\left(\frac{Ia}{I0} - 1\right) * 100 = \%$$

Base de Cálculo:

Data base do reajustamento (I0): Junho/2023 (I.N.C.C-SINAPI) 864,68

Data do 1º reajuste (Ia): Junho/2024 (I.N.C.C-SINAPI)

X

$$\left(\frac{x}{864,68} - 1\right) * 100 = \%$$

10. ESTIMATIVA DE CUSTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

10.1. A estimativa de desconto foi feita mediante verificação dos valores fixados para cada categoria profissional, considerando o piso salarial; de consulta ao Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI/CEF, a Boletim – SED/MS, bem como realização de pesquisa de mercado.



10.2. Dotação Orçamentária: - Os recursos para fazer frente aos serviços previstos neste Termo de Referência estão contemplados na Funcional Programática

Função Programática:

10.29101.12.361.2046.4088.003

Localizador: Construção, Reforma, Ampliação e Adaptação da Rede Escolar de Ensino.

Fonte de Recurso: 150010011

Natureza de Despesa: 33903900

Item: 33916

Valor total da obra: R\$ 908.024,29 (novecentos e oito mil vinte e quatro reais e vinte e nove centavos)

Prazo de execução: 12 (doze) meses

11. LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

11.1. O presente contrato atenderá às Unidades relacionadas no ANEXO I, considerando a possibilidade de eventual mudança de endereço de alguma Unidade Escolar o que será objeto de comunicação prévia junto à empresa contratada.

12. OBRIGAÇÃO DA EMPRESA CONTRATADA

12.1. Cumprir, rigorosamente o Código Civil, as Normas Técnicas da ABNT, as normas de medicina e Segurança do Trabalho e demais Normas e regulamentos pertinentes e responsabilizar-se tecnicamente pelas sugestões de reparos apresentadas e pelos serviços executados.

12.2. Manter permanente entendimento com a Contratante, objetivando evitar interrupções ou paralisações nos serviços prestados pela CONTRATADA nos diversos locais onde estiverem sendo feitas as manutenções.

12.3. Responsabilizar-se, civil e criminalmente, por todo e qualquer dano que venha, ou seus prepostos ou empregados a causar à Contratante ou a terceiros, por ação ou omissão, negligência ou imperícia, dolo ou culpa, em decorrência da execução dos serviços, objeto deste, não cabendo à Contratante, em hipótese alguma, responsabilidade por esses danos diretos, indiretos ou lucros cessantes decorrentes.

12.4. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução dos serviços, bem como assumir todos os ônus



decorrentes do possível chamamento da Contratante em juízo, como litisconsorte, em ação trabalhista ou de reparação civil em decorrência da execução dos serviços, ficando a Contratante, desde já, autorizada a glosar das faturas as importâncias estimadas com o processo.

- 12.5.** Responsabilizar-se perante a Contratante, pelos eventuais danos ou desvios causados aos bens que forem confiados aos seus empregados e prepostos, devendo efetuar o ressarcimento correspondente imediatamente após ter tomado conhecimento do fato, sob pena de lhe ser atribuída má fé e de glosa de qualquer importância que tenha a receber.
- 12.6.** Apresentar junto à SED/MS, na execução dos serviços formalmente relação da equipe técnica que cumprirá as atividades previstas no Termo de Referência.
- 12.6.1.** Será permitida a substituição da equipe técnica, desde que previamente aprovado pela Secretaria de Estado de Educação.
- 12.7.** Apresentar junto a direção escolar a documentação comprobatória de vínculo empregatício (registro em carteira ou contrato de prestação de serviço).
- 12.8.** Utilizar, na execução dos serviços, pessoal especializado, identificado e credenciado para acesso a todas as unidades da Contratante, na entrada e na segurança local;
- 12.9.** Fornecer todo equipamento de proteção individual (EPI) de acordo com as Normas Técnicas.
- 12.10.** Dar ciência, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços.
- 12.11.** Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Contratante a cujas reclamações se obrigam a atender prontamente.
- 12.12.** Fornecer transporte para seus funcionários, com veículo adequado que comporte todos os técnicos responsáveis pela manutenção das Unidades Escolares.
- 12.13.** Nos relatórios devem constar todas as alterações encontradas, as medições que foram feitas, materiais empregados de forma consolidada e o nome e a assinatura do servidor local da Contratante que acompanhou e tomou ciência dessas alterações e medições, e do responsável técnico da empresa contratada, podendo utilizar sistema informatizado de gerenciamento, que neste caso, a assinatura prevista neste subitem, poderá ser realizada de forma eletrônica.
- 12.14.** Se essa comunicação de urgência for verbal ou via telefone, deverá ser seguida de comunicação escrita, ou via sistema informatizado, com detalhamento da situação encontrada e dos perigos de prejuízos que oferece, além das medidas de correção que forem julgadas necessárias.



- 12.15.** Agir e operar com organização completa no gerenciamento, coordenação e execução das atividades fornecendo a mão-de-obra, ferramentas, materiais, utensílios e equipamentos necessários à perfeita execução dos serviços, nos prazos estabelecidos, utilizando-se de empregados treinados, preparados e de bom nível educacional, moral e mental.
- 12.16.** Refazer, às suas custas, os serviços reprovados pelo Contratante, quer seja pela baixa qualidade dos materiais aplicados, quanto pela imperícia, imprudência e/ou incompetência de seus empregados, arcando com o custo de todos os materiais necessários.
- 12.17.** Exigir de seus empregados que mantenham limpos os lugares, onde estiverem trabalhando, livres e desobstruídos visando minimizar o impacto dos serviços nos ambientes. Após a conclusão dos serviços, efetuar limpeza completa do local, antes de comunicar ao Contratante o encerramento dos trabalhos, para fins de vistoria e aceite.
- 12.18.** Acatar todas as orientações do Contratante, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização prestando, de imediato e com solicitude, os esclarecimentos solicitados e atendimento das reclamações formuladas.
- 12.19.** Não ceder ou transferir os serviços objeto deste Termo de Referência.
- 12.20.** Providenciar, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, os reparos ou indenizações de avarias em equipamentos, instalações e bens, causadas por seus empregados na execução dos serviços por imperícia, imprudência ou vandalismo, inclusive a servidores e terceiros, sem ônus adicional para a Contratante.
- 12.21.** Dispor de responsável técnico, habilitado para dar suporte aos serviços que envolvam estruturas e instalações ficando, conseqüentemente, responsável pelo acompanhamento dos estudos, projetos e execuções que envolvam manutenções preventivas e corretivas desses serviços.
- 12.22.** Designar, para realização dos serviços, empregados devidamente habilitados conforme exigido neste Termo de Referência, reservando-se ao Contratante o direito de impugnar, a qualquer tempo, aqueles que, a seu juízo, não preencherem os requisitos exigíveis para o desempenho dos serviços pertinentes.
- 12.23.** Substituir imediatamente, por determinação do Contratante, qualquer empregado cuja conduta ou desempenho insatisfatório comprometa o bom andamento dos serviços.
- 12.24.** Manter o responsável técnico habilitado sujeito às normas disciplinares da Contratante, porém, sem qualquer vínculo empregatício com a mesma, cabendo a



empresa contratada todos os encargos e obrigações previstas na legislação social e trabalhista em vigor.

- 12.25.** Adotar todas as providências e assumir todas as obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente do trabalho, quando, em ocorrência da espécie forem vítimas os seus técnicos e empregados, no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que verificados em dependências da Contratante.
- 12.26.** Cumprir com todas as obrigações estabelecidas pela convenção do sindicato da categoria, bem como contemplar seus empregados com todos os benefícios estabelecidos no mesmo instrumento.
- 12.27.** Identificar todos os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da Contratante ou de outra empresa prestadora de serviço.
- 12.28.** Realizar a manutenção dos equipamentos/ferramentas e de seus acessórios necessária à execução dos serviços.
- 12.29.** Substituir os equipamentos/ferramentas em até 48 (quarenta e oito) horas, quando apresentarem defeitos.
- 12.30.** Implementar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma meticulosa e constante, mantendo sempre, em perfeita ordem, todas as dependências das constantes do Anexo I-B.
- 12.31.** Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto deste Termo de Referência, sem prévia autorização da Contratante.
- 12.32.** Manter, durante o período de vigência da contratação, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, com a inclusão da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº. 12.440, de 07/07/2011.
- 12.33.** Indicar Preposto, aceito pela Contratante, para representar a empresa contratada na execução do Contrato.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 13.1.** Permitir o livre acesso dos empregados da empresa contratada às instalações físicas das Unidades Escolares da Rede Estadual de Ensino, bem como as instalações locadas e cedidas, sempre que se fizer necessário, independentemente de permissão prévia, desde que estejam credenciados pela mesma e exclusivamente para execução dos serviços;



- 13.2.** Pagar no prazo de 10 (dez) dias úteis a empresa contratada, os custos da mão-de-obra e insumos, bem como o ressarcimento dos gastos com materiais, conforme relatório consolidado dos materiais aplicados e aprovados pelo Executor.
- 13.3.** Exigir da empresa contratada, o suporte de seu responsável técnico nos serviços que envolvam estruturas e instalações, documentando seus pareceres para futuras necessidades.
- 13.4.** Designar servidor como fiscal para o contrato ao qual serão incumbidas as atribuições contidas nas normas de execução orçamentária e financeira vigentes.
- 13.5.** Emitir Ordem de Execução de Serviços "O.E.S." para cada serviço de manutenção.

14. NORMAS E LEGISLAÇÃO APLICADA

A empresa contratada deverá executar os serviços de acordo com as especificações e Normas Técnicas Brasileiras e Instruções dos fabricantes dos equipamentos utilizados. Os serviços deverão respeitar rigorosamente as Normas e Legislação vigente, tendo por referência e orientação:

- Normas da ABNT e do INMETRO: Códigos, Leis, Decretos, Portarias e Normas Federais, Estaduais e Municipais, inclusive normas de concessionárias de serviços públicos, além das Instruções e Resoluções dos Órgãos do Sistema CREA-CONFEA;
- NR 18 - Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção
- NT N° 01/2020 – Corpo de Bombeiro de Mato Grosso do Sul
- Lei n° 4.335/2013 – do Estado de Mato Grosso do Sul.
- NBR 9650/2020- Estanqueidade Hidrostática em tubulações;
- NBR 15571 – Passagens de gases pressurizados.



15. ANEXOS

Nº	MUNICÍPIOS	ESCOLAS
1	Água Clara	EE Chico Mendes
2	Água Clara	EE Mal Castelo Branco
3	Alcinópolis	EE Prof. ^a Romilda Costa Carneiro
4	Amambai	EE Cel. Felipe de Brum
5	Amambai	EE Dom Aquino Corrêa
6	Amambai	EE Dr. Fernando Corrêa da Costa
7	Amambai	EE Vespasiano Martins
8	Amambai	EE Indígena Mbo' Eroy Guarani kaoiwá
9	Anastácio	EE Carlos Drummond de Andrade
10	Anastácio	EE Dep. Carlos Souza Medeiros
11	Anastácio	EE Maria Corrêa Dias
12	Anastácio	EE Roberto Scaff
13	Anastácio	EE Romalino Alves de Albres
14	Anastácio	EE Indígena Guilhermina da Silva
15	Anaurilândia	EE Maria José
16	Anaurilândia	EE Prof. Ezequiel Balbino
17	Angélica	EE Luis Vaz de Camões
18	Angélica	EE Senador Filinto Müller
19	Angélica	EE Dr. José Manoel Fontanillas Fragelli
20	Antonio João	EE Aral Moreira
21	Antonio João	EE Pantaleão Coelho Xavier
22	Aparecida do Taboado	EE Ernesto Rodrigues
23	Aparecida do Taboado	EE Frei Vital de Garibaldi
24	Aparecida do Taboado	EE Georgina de Oliveira Rocha
25	Aquidauana	EE Cândido Mariano
26	Aquidauana	EE Cel. José Alves Ribeiro -
27	Aquidauana	EE Felipe Orro
28	Aquidauana	Centro de Educação Profissional Geraldo Afonso Garcia Ferreira
29	Aquidauana	EE Indígena EM Pascoal Leite Dias
30	Aquidauana	EE Indígena EM Pastor Reginaldo Miguel - Hoyenó'O
31	Aquidauana	EE Indígena EM prof Domingos Veríssimo Marcos - MUHI
32	Aquidauana	EE Mal Deodoro da Fonseca



33	Aquidauana	EE Prof. Antônio Salústio Areias
34	Aquidauana	EE Prof. ^a Doris Mendes Trindade
35	Aquidauana	EE Prof. ^a Marly Russo Rodrigues
36	Aral Moreira	EE Dr. Fernando Corrêa da Costa
37	Aral Moreira	EE Eufrásia Fagundes Marques
38	Aral Moreira	EE João Vitorino Marques
39	Bandeirantes	EE Ernesto Sólon Borges
40	Bataguassu	EE Manoel da Costa Lima
41	Bataguassu	EE Peri Martins
42	Bataguassu	EE Prof. Braz Sinigaglia
43	Bataguassu	EE Prof. Ladislau Garcia Deak Filho
44	Bataguassu	EE Prof. Luiz Alberto Abraham
45	Bataiporã	EE Braz Sinigaglia
46	Bataiporã	EE Jan Antonin Bata
47	Bela Vista	EE Castelo Branco
48	Bela Vista	EE Dr. Joaquim Murtinho
49	Bela Vista	EE Ester Silva
50	Bela Vista	EE Prof ^a Vera Guimarães Loureiro
51	Bodoquena	EE João Pedro Pedrossian
52	Bodoquena	EE Joaquim Mário Bonfim
53	Bonito	EE Bonifácio Camargo Gomes
54	Bonito	EE Luiz da Costa Falcão
55	Brasilândia	EE Adilson Alves da Silva
56	Brasilândia	EE Debrasa
57	Caarapó	EE Arcênio Rojas
58	Caarapó	EE Frei João Damasceno
59	Caarapó / Aldeia Tw "Yikue"	EE Indígena EM "Yvy Poty".
60	Caarapó	EE Padre José de Anchieta
61	Caarapó	EE Prof. ^a Cleuza Aparecida V. Galhardo
62	Caarapó	EE Prof. Joaquim Alfredo Soares Vianna
63	Caarapó	EE Ten.Aviador Antônio João
64	Camapuã	Centro Estadual de Educação Profissional Prof. Marcio Elias Nery
65	Camapuã	EE Camilo Bonfim
66	Camapuã	EE Joaquim Malaquias da Silva



67	Camapuã	EE Miguel Sutil
68	Campo Grande	Centro Estadual de Formação de Professores Indígenas de MS
69	Campo Grande	Centro de Educação Profissional Ezequiel Ferreira Lima-CEPEP
70	Campo Grande	Centro Estadual de Educação Profissional Hércules Maymone
71	Campo Grande	Centro Estadual de Educação Profissional Prof ^a . Maria de Lourdes Widal Roma
72	Campo Grande	CEEJA Prof. ^a Ignês De Lamônica Guimarães
73	0	CEI - José Eduardo Martins Jallad ZEDU
74	Campo Grande	EE 11 de Outubro
75	Campo Grande	E. E. 26 de Agosto
76	Campo Grande	EE Adventor Divino de Almeida
77	Campo Grande	EE Amando de Oliveira
78	Campo Grande	EE Amélio de Carvalho Baís
79	Campo Grande	EE Antônio Delfino Pereira e Centro Cultural e Educação Tia Eva
80	Campo Grande	EE Aracy Eudociak
81	Campo Grande	EE Arlindo de Andrade Gomes
82	Campo Grande	EE Arlindo Sampaio Jorge
83	Campo Grande	EE Blanche dos Santos Pereira
84	Campo Grande	EE Coração de Maria
85	Campo Grande	EE Dolor Ferreira de Andrade
86	Campo Grande	EE Dona Consuelo Muller
87	Campo Grande	EE Dr. Arthur de Vasconcellos Dias
88	Campo Grande	EE Elvira Mathias de Oliveira
89	Campo Grande	EE General Malan
90	Campo Grande	EE João Carlos Flores
91	Campo Grande	EE Joaquim Murinho
92	Campo Grande	EE José Antônio Pereira
93	Campo Grande	EE José Barbosa Rodrigues
94	Campo Grande	EE José Ferreira Barbosa
95	Campo Grande	EE José Mamede de Aquino
96	Campo Grande	EE José Maria Hugo Rodrigues
97	Campo Grande	EE Lino Vilachá
98	Campo Grande	EE Lúcia Martins Coelho
99	Campo Grande	EE Luiza Vidal Borges Daniel



100	Campo Grande	EE Maestro Frederico Liebermann
101	Campo Grande	EE Maestro Heitor Villa Lobos
102	Campo Grande	EE Manoel Bonifácio Nunes da Cunha
103	Campo Grande	EE Marçal de Souza Tupã – Y
104	Campo Grande	EE Maria Constança Barros Machado
105	Campo Grande	EE Maria Eliza Bocayúva Corrêa da Costa
106	Campo Grande	EE Olinda Conceição Teixeira Bacha
107	Campo Grande	EE Orcirio Thiago de Oliveira
108	Campo Grande	E.E. Padre Franco Delpiano
109	Campo Grande	EE Padre José Scampini
110	Campo Grande	EE Padre Mario Blandino
111	Campo Grande	EE Padre João Greiner
112	Campo Grande	EE Pólo Francisco Cândido de Rezende
113	Campo Grande	EE Pólo Prof. ^a Regina Lúcia Anffe Nunes Betine
114	Campo Grande	EE Prof. Alberto Elpídio Ferreira Dias (Prof. Tito)
115	Campo Grande	EE Prof. Emygdio Campos Widal
116	Campo Grande	EE Prof. Henrique Cirylo Corrêa
117	Campo Grande	EE Prof. Severino de Queiroz
118	Campo Grande	EE Prof. Silvio Oliveira dos Santos
119	Campo Grande	EE Prof. Ulisses Serra
120	Campo Grande	EE Prof ^a . Ada Teixeira dos Santos
121	Campo Grande	EE Prof ^a . Alice Nunes Zampiere
122	Campo Grande	EE Prof ^a . Brasilina Ferraz Mantero
123	Campo Grande	EE Pro ^a . Célia Maria Nágis
124	Campo Grande	EE Prof ^a . Clarinda Mendes de Aquino
125	Campo Grande	EE Prof ^a . Delmira Ramos dos Santos
126	Campo Grande	EE Prof. ^a Elia França Cardoso
127	Campo Grande	EE Prof ^a . Fausta Garcia Bueno
128	Campo Grande	EE Prof ^a . Flavina Maria da Silva
129	Campo Grande	EE Prof ^a . Izaura Higa
130	Campo Grande	EE Prof ^a . Joelina de Almeida Xavier
131	Campo Grande	EE Prof. ^a Maria de Lourdes Toledo Areias
132	Campo Grande	EE Prof ^a . Maria Rita de Cássia Pontes Teixeira
133	Campo Grande	EE Prof ^a . Neyder Suelly C. Vieira
134	Campo Grande	EE Prof. ^a Thereza Noronha de Carvalho



135	Campo Grande	EE Profª. Zélia Quevedo Chaves
136	Campo Grande	EE Rui Barbosa
137	Campo Grande	EE São Francisco
138	Campo Grande	EE São José
139	Campo Grande	EE Sebastião Santana de Oliveira
140	Campo Grande	EE Teotônio Vilela
141	Campo Grande	EE Vespasiano Martins
142	Campo Grande	EE Waldemir Barros da Silva
143	Caracol	EE Dr Rubens de Castro Pinto
144	Cassilândia	EE Hermelina Barbosa Leal
145	Cassilândia	EE Rui Barbosa
146	Cassilândia	EE São José
147	Chapadão do Sul	EE Augusto Krug Netto
148	Chapadão do Sul	EE Jorge Amado
149	Chapadão do Sul	Centro Estadual de Educação Profissional Arlindo Neckel
150	Corguinho	EE José Alves Quito
151	Cel Sapucaia	EE Coronel Sapucaia
152	Cel Sapucaia	EE Eneil Vargas
153	Corumbá	EE Carlos de Castro Brasil
154	Corumbá	EE Dom Bosco
155	Corumbá	EE Dr. Gabriel Vandoni de Barros
156	Corumbá	EE Dr. João Leite de Barros
157	Corumbá	EE Indígena João Quirino de Carvalho - Toghopanãa
158	Corumbá	EE Julia Gonçalves Passarinho
159	Corumbá	EE Maria Helena Albaneze
160	Corumbá	EE Maria Leite
161	Corumbá	EE Nathércia Pompeo dos Santos
162	Corumbá	EE Octacílio Faustino da Silva
163	Corumbá	EE Rotary Club
164	Costa Rica	EE José Ferreira da Costa
165	Costa Rica	EE Santos Dummont
166	Coxim	EE Padre Nunes
167	Coxim	EE Pedro Mendes Fontoura
168	Coxim	EE Prof.ª Clarice Rondon dos Santos
169	Coxim	EE Semiramis Carlota Benevides da Rocha



170	Coxim	EE Silvio Ferreira
171	Coxim	EE Viriato Bandeira
172	Deodópolis	EE 13 de Maio
173	Deodópolis	EE João Baptista Pereira
174	Deodópolis	EE Lagoa Bonita
175	Deodópolis	EE Porto Vilma
176	Deodópolis	EE Scila Médici
177	Dois Ir. Buriti	E.E. Estefana Centurión Gambarra
178	Dois Ir. Buriti	EE. Ind Cacique Ndety Reginaldo
179	Dois Ir. Buriti	EE Indígena Natividade Alcântara Marques - Aldeia Buriti
180	Douradina	EE Barão do Rio Branco
181	Dourados	CEEJA-de Dourados
182	Dourados	Centro Estadual de Educação Profissional "Profª. Evanilde Costa da Silva"
183	Dourados	EE Abigail Borralho
184	Dourados	EE Antônia da Silveira Capilé
185	Dourados	EE Antônio Vicente Azambuja
186	Dourados	EE Castro Alves
187	Dourados	EE Floriano Viegas Machado
188	Dourados	EE Joaquim Vaz de Oliveira
189	Dourados	EE Indígena de EM Intercultural Guateka – Marçal de Souza
190	Dourados	EE Maria da Glória Muzzi Ferreira
191	Dourados	EE Menodora Fialho de Figueiredo
192	Dourados	EE Min. João Paulo dos Reis Veloso
193	Dourados	EE Pastor Daniel Berg
194	Dourados	EE Presidente Getulio Vargas
195	Dourados	EE Presidente Tancredo Neves
196	Dourados	EE Presidente Vargas
197	Dourados	EE Prof. Alício Araújo
198	Dourados	EE Prof. Celso Müller do Amaral
199	Dourados	EE Prof. José Pereira Lins
200	Dourados	EE Profª Floriana Lopes
201	Dourados	EE Ramona da Silva Pedroso
202	Dourados	EE Rita Angelina Barbosa Silveira
203	Dourados	EE Vilmar Vieira Matos



204	Dourados	EE Vereador Moacir Djalma Barros
205	Eldorado	EE 13 de Maio
206	Eldorado	EE Eldorado
207	Eldorado	EE Silo Vargas Batista
208	Fátima do Sul	EE Jonas Belarmino da Silva
209	Fátima do Sul	EE Senador Filinto Müller
210	Fátima do Sul	EE Vicente Pallotti
211	Fátima do Sul	EE Vila Brasil
212	Figueirão	EE Dr. Arnaldo Estevão de Figueiredo
213	Glória de Dourados	EE Prof. ^a Eufrosina Pinto
214	Glória de Dourados	EE Prof. ^a Vânia Medeiros Lopes
215	Glória de Dourados	EE Weimar Torres
216	Guia Lopes da Laguna	EE Alziro Lopes
217	Guia Lopes da Laguna	EE Salomé de Melo Rocha
218	Iguatemi	EE 8 de Maio
219	Iguatemi	EE Marcílio Augusto Pinto
220	Inocência	EE João Ponce de Arruda
221	Inocência	EE Prof. João Pereira Valim
222	Itaporã	EE Rodrigues Alves
223	Itaporã	EE Olívia de Paula
224	Itaporã	EE Edson Bezerra
225	Itaporã	EE Senador Saldanha Derzi
226	Itaporã	EE Antonio João Ribeiro
227	Itaporã	EE Princesa Izabel
228	Itaquaraí	EE Manoel Guilherme dos Santos
229	Itaquaraí	EE Prof. José Juarez Ribeiro de Oliveira
230	Itaquaraí	EE Prof. ^a Tertulina Martins de Oliveira
231	Ivinhema	EE Angelina Jaime Tebet
232	Ivinhema	EE Joaquim Gonçalves Ledo
233	Ivinhema	EE Reynaldo Massi
234	Ivinhema	EE Senador Filinto Muller
235	Japorã	EE Japorã
236	Japorã	EE Indígena Kunã YrukU-Marina Lopes
237	Jaraguari	EE José Serafim Ribeiro
238	Jaraguari	EE Zumbi dos Palmares



239	Jardim	EE Antonio Pinto Pereira
240	Jardim	EE Cel. Juvêncio
241	Jardim	EE Cel. Pedro José Rufino
242	Jatei	EE Prof. Joaquim Alfredo Soares Vianna
243	Jatei	EE Prof. ^a Bernadete dos Santos Leite
244	Juti	EE 31 de Março
245	Ladário	EE 2 de Setembro
246	Ladário	EE Leme do Prado
247	Laguna Carapã	EE Álvaro Martins dos Santos
248	Maracaju	EE Cambarai
249	Maracaju	EE Coronel Lima de Figueiredo
250	Maracaju	EE Manoel Ferreira de Lima
251	Maracaju	EE Pe. Constantino de Monte
252	Miranda	EE Caetano Pinto
253	Miranda	EE Carmelita Canale Rebuá
254	Miranda	EE Dona Rosa Pedrossian
255	Miranda/Aldeia	EE Indígena Cacique Timóteo
256	Miranda /Aldeia Lalima	EE Indígena Prof. Atanásio Alves
257	Miranda	EE Indígena Cacique Vicente Almeida
258	Mundo Novo	EE Castelo Branco
259	Mundo Novo	EE Mal. Rondon
260	Mundo Novo	EE Prof. ^a Iolanda Ally
261	Naviraí	Centro Estadual de Educação Profissional Senador Ramez Tebet
262	Naviraí	EE Antonio Fernandes
263	Naviraí	EE Eurico Gaspar Dutra
264	Naviraí	EE Juracy Alves Cardoso
265	Naviraí	EE Presidente Médici
266	Naviraí	EE Vinicius de Moraes
267	Nioaque	EE Indígena EM. Angelina Vicente
268	Nioaque	EE Odete Ignêz Resstel Vilas Boas
269	Nioaque	EE Padroeira do Brasil
270	Nioaque	EE Uirapuru
271	Nova Alvorada do Sul	EE Antonio Coelho
272	Nova Alvorada do Sul	EE Delfina Nogueira de Souza



273	Nova Andradina	EE Austrílio Capilé Castro
274	Nova Andradina	EE Irman Ribeiro de Almeida Silva
275	Nova Andradina	EE Luiz Soares Andrade
276	Nova Andradina	EE Marechal Rondon
277	Nova Andradina	EE Pe. Anchieta
278	Nova Andradina	EE Prof. Luiz Carlos Sampaio
279	Nova Andradina	EE Prof. ^a Fátima Gaiotto Sampaio
280	Nova Andradina	EE Prof. ^a Nair Palácio de Souza
281	N. Horiz. do Sul	EE Dorcelina de Oliveira Folador
282	Paraíso das Águas	EE Vereador Kendi Nakai
283	Paranaíba	EE Aracilda Cícero Corrêa da Costa
284	Paranaíba	EE Dr. Ermírio Leal Garcia
285	Paranaíba	EE José Garcia Leal
286	Paranaíba	EE Manoel Garcia Leal
287	Paranaíba	EE Wladislau Garcia Gomes
288	Paranhos	EE Santiago Benites
289	Pedro Gomes	EE Francisco Ribeiro Soares
290	Pedro Gomes	EE Prof ^a . Cleuza Teodoro
291	Ponta Porã	EE Adê Marques
292	Ponta Porã	EE Dep. Fernando Cláudio Capiberibe Saldanha
293	Ponta Porã	EE Dr. Miguel Marcondes Armando
294	Ponta Porã	EE João Brembatti Calvoso
295	Ponta Porã	EE Joaquim Murtinho
296	Ponta Porã	EE Mendes Gonçalves
297	Ponta Porã	EE Nova Itamarati
298	Ponta Porã	EE Pedro Afonso Pereira Goldoni
299	Ponta Porã	EE Prof. Carlos Pereira da Silva
300	Ponta Porã	EE Prof. José Edson Domingos dos Santos
301	Ponta Porã	EE Prof ^a . Geni Marques Magalhães
302	Porto Murtinho	EE José Bonifácio (3 extensões indígenas)
303	Porto Murtinho	EE Indígena Antônio Alves de Barros
304	Ribas do Rio Pardo	EE Dr. João Ponce de Arruda
305	Ribas do Rio Pardo	EE Eduardo Batista Amorim
306	Rio Brillhante	EE Prof ^a . Ligia Terezinha Martins
307	Rio Brillhante	EE Etalívio Pereira Martins



308	Rio Brilhante	EE Fernando Corrêa da Costa
309	Rio Negro	mamede
310	Rio Verde	EE Thomaz Barbosa Rangel
311	Rio Verde	EE Vergelino Mateus de Oliveira
312	Rochedo	EE José Alves Ribeiro
313	Santa Rita do Pardo	EE José Ferreira Lima
314	São Gabriel do Oeste	EE Bernardino Ferreira da Cunha
315	São Gabriel do Oeste	EE Dorcelina Folador
316	São Gabriel do Oeste	EE Profª. Creuza Aparecida Della Coleta
317	São Gabriel do Oeste	EE São Gabriel
318	Selvíria	EE Ana Maria de Souza
319	Sete Quedas	EE 13 de Maio
320	Sete Quedas	EE 4 de Abril
321	Sete Quedas	EE Guimarães Rosa
322	Sidrolândia/Aldeia	EE "Kopenoti" de EM Prof. Lúcio Dias
323	Sidrolândia	EE Paulo Eduardo de Souza Firmo - Assentamento
324	Sidrolândia	EE Profª. Catarina de Abreu
325	Sidrolândia	EE Sidrônio Antunes de Andrade
326	Sidrolândia	EE Vespasiano Martins
327	Sonora	EE Comandante Maurício Coutinho Dutra
328	Tacuru	EE Prof. Cleto de Moraes Costa
329	Tacuru	EE Indígena Jasy Rendy
330	Taquarussu	EE Dr. Martinho Marques
331	Terenos	EE Antônio Nogueira da Fonseca
332	Terenos	EE Antônio Valadares
333	Terenos	EE Eduardo Perez
334	Três Lagoas	EE Afonso Francisco Xavier Trannin
335	Três Lagoas	EE Afonso Pena
336	Três Lagoas	EE Bom Jesus
337	Três Lagoas	EE Dom Aquino Corrêa
338	Três Lagoas	EE Edwards Corrêa e Souza
339	Três Lagoas	EE Fernando Corrêa
340	Três Lagoas	EE João Dantas Filgueiras
341	Três Lagoas	EE João Ponce de Arruda
342	Três Lagoas	EE José Ferreira



343	Três Lagoas	EE Luiz Lopes de Carvalho
344	Três Lagoas	EE Padre João Tomes
345	Três Lagoas	EE Prof. João Magiano Pinto
346	Vicentina	EE Emmanuel Pinheiro
347	Vicentina	EE Padre José Daniel
348	Vicentina	EE São José



ANEXO – IX

Tomada de Preços n. 65/2023 – GL/SED

DECLARAÇÃO DE QUE A EMPRESA NÃO POSSUI EM SEU QUADRO SOCIETÁRIO SERVIDOR PÚBLICO DA ATIVA

A Empresa (nome da empresa), estabelecida na Rua _____, nº ____, Bairro _____, na cidade de _____, UF _____, inscrita no CNPJ n. _____, na qualidade de vencedora do pleito licitatório do Edital de Tomada de Preços n. 65/2023, processo n. 29/028.227/2023, referente à serviços de **Elaboração de laudo técnico de estanqueidade em diversas escolas estaduais no estado de Mato Grosso do Sul**, representada pelo seu sócio Administrador e/ou Responsável Técnico Sócio/Procurador com mandato incluso, Sr.(^a) _____ (nome completo), portador do CAU n. _____ ou CREA (UF) n. _____, Visto MS n. _____, **DECLARA** que não possui no seu quadro societário ou dirigente, qualquer servidor público da ativa ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, sendo de sua inteira responsabilidade a fiscalização dessa obrigação.

Por ser esta a expressão da verdade, firmamos a presente DECLARAÇÃO para que possua os devidos efeitos de direito.

Campo Grande/MS, _____ de _____ de 2023.

Razão social da Licitante
Nome do Representante Legal/Signatário
Cargo/Função do Representante Legal/Signatário

OBS.: Quando da apresentação, obedecer ao item 4.7 deste Edital.

**ANEXO – X****Tomada de Preços n. 65/2023 – GL/SED****DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

DECLARO, sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, que a empresa (denominação da pessoa jurídica)....., CNPJ nº é microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do enquadramento previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apta, portanto, a exercer o direito de preferência como critério de desempate no procedimento licitatório em epígrafe, realizado pela Secretaria de Estado de Educação - SED.

Por ser esta a expressão da verdade, firmamos a presente DECLARAÇÃO para que possua os devidos efeitos de direito.

Campo Grande/MS, _____ de _____ de 2023.

Razão social da Licitante
Nome do Representante Legal/Signatário
Cargo/Função do Representante Legal/Signatário

OBS.: Quando da apresentação, obedecer ao item 4.7 deste Edital.



ANEXO – XI

**Tomada de Preços n. 65/2023 – GL/SED
DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PARENTESCO**

DECLARO, sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, que a empresa (denominação da pessoa jurídica), CNPJ nº, não possui sócio(s), gerente(s) ou diretor(es), na condição de cônjuge, companheiro(a) ou parente até 3º grau de servidor da Secretaria de Estado de Educação - SED, em consonância com o inciso V, do artigo 5.º, da Lei Federal n. 12.813/2003.

Por ser esta a expressão da verdade, firmamos a presente DECLARAÇÃO para que possua os devidos efeitos de direito.

Campo Grande/MS, _____ de _____ de 2023.

Razão social da Licitante
Nome do Representante Legal/Signatário
Cargo/Função do Representante Legal/Signatário

OBS.: Quando da apresentação, obedecer ao item 4.7 deste Edital.